

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

GUILHERME SOUZA SOBOTA

**MOMENTO CRÍTICO: DOS RODAPÉS À ACADEMIA, O IMPASSE DA CRÍTICA
LITERÁRIA PUBLICADA NOS JORNAIS**

CURITIBA

2013

GUILHERME SOUZA SOBOTA

**MOMENTO CRÍTICO: DOS RODAPÉS À ACADEMIA, O IMPASSE DA CRÍTICA
LITERÁRIA PUBLICADA NOS JORNAIS**

Trabalho de Conclusão de Curso de
graduação em Comunicação Social, com
habilitação em Jornalismo, do Setor de
Ciências Humanas, Letras e Artes, da
Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof.^o dr. José Carlos
Fernandes.

CURITIBA

2013

Para qualquer um daqueles que ainda acreditar na literatura, e na arte, como elemento de transformação.

AGRADECIMENTOS

Ao José Carlos Fernandes, pela orientação sempre sábia e serena, pelas conversas de corredor e pelos livros emprestados, tudo isso fundamental para este trabalho.

Ao Alcir Pécora, à Claudia Nina, ao Miguel Sanches Neto e ao Sérgio Rodrigues, pela atenção e pela colaboração.

“[...] admirava talvez falsamente porque — tendo começado a publicar nos anos que a crítica literária podia decidir o destino de um livro — adquirira o costume de se dar bem com aqueles resenhadores que revelavam um perigoso ânimo depredador, pois não parecia recomendável cruzar os braços diante deles e ficar inteiramente à mercê de sua sede de mal ou de sua vontade de invocar sempre aquele escritor fantasma que para eles seria o escritor perfeito: um narrador que eles pareciam conhecer a fundo porque era eles mesmos [...]”

(in Ar de Dylan, Enrique Vila-Matas)

RESUMO

Esta monografia estuda o espaço da crítica literária no jornalismo cultural brasileiro especialmente a partir da dicotomia entre crítica literária feita no jornal, ou de rodapé, e a crítica literária feita na universidade, também chamada de acadêmica ou da cátedra. Essa discussão foi especialmente forte no Brasil entre os anos 1940 e 1980, período em que a universidade se estabeleceu no país, levando para o cenário intelectual mais oportunidades de especialização. Pretende-se trazer essa discussão para os dias atuais ao entrevistar quatro críticos literários envolvidos com a crítica na imprensa tradicional: Alcir Pécora, Claudia Nina, Miguel Sanches Neto e Sérgio Rodrigues. As entrevistas revelam impressões de profissionais ligados tanto ao jornalismo quanto à academia. O primeiro capítulo do trabalho é um breve apanhado histórico e sociológico do jornalismo e da crítica literária no Brasil. Os métodos utilizados por este trabalho são a pesquisa bibliográfica e a entrevista em profundidade.

Palavras-chave: jornalismo cultural, crítica literária, crítica de rodapé, crítica acadêmica.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 REVISÃO HISTÓRICA E SOCIOLOGICA DO JORNALISMO BRASILEIRO (1808-1940)	12
2.1 O LUGAR DO INTELLECTUAL NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XIX	12
2.2 A REPÚBLICA E A <i>BELLE ÉPOQUE</i> BRASILEIRA	17
2.2.1 A crítica literária do período (1880-1922)	26
2.3 O MODERNISMO BRASILEIRO E A CRÍTICA LITERÁRIA	28
2.3.1 Crítica conservadora x Crítica moderna	31
2.3.2 As revistas no Modernismo e o exemplo da <i>Revista do Brasil</i>	34
3 O RODAPÉ E A UNIVERSIDADE	37
3.1 EMBATE: LEITURA TRADICIONAL	38
3.1.1 Despolarização e reflexão crítica	45
3.2 CURSOS DE LETRAS NO BRASIL	48
3.3 JORNALISMO: PROFISSIONALIZAÇÃO E ACADEMIA	52
3.4 JORNAIS E SUPLEMENTOS	54
3.4.1 O <i>Suplemento Literário</i> de <i>O Estado de S. Paulo</i>	58
4 MOMENTO CRÍTICO: ENTREVISTA COM QUATRO CRÍTICOS LITERÁRIOS	61
4.1 NOVOS MEIOS, NOVA CRÍTICA?	66
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	68
REFERÊNCIAS	71
ANEXO 1: ENTREVISTAS	75

1 INTRODUÇÃO

A crítica literária de jornal estaria no fim de sua história; qual é o espaço que ela ocupa ou pode ocupar nos jornais atuais; jornalistas são os profissionais capacitados o suficiente para aparar essa necessidade cultural.

Essas questões são tão antigas como são incertas suas respostas. As polêmicas e as consequências que giram em torno dessas perguntas desde a década de 1940, se perpetuaram, criando para a crítica literária novos lugares (além do próprio espaço dos jornais), mas mantendo muitos dos mesmos questionamentos até os dias de hoje.

A crítica literária brasileira, em especial aquela praticada nos jornais¹, ganhou vigor e força nas décadas iniciais do século XX, com estudiosos como Álvaro Lins. O rodapé² era o espaço privilegiado da atividade. De forma periódica o julgamento de obras nacionais e internacionais era feito em praça pública: o ponto chave é que, até a década de 1940, não existia no Brasil nenhum curso em nível superior dedicado às Letras. Apesar de intelectuais como Lins dominarem formas avançadas de interpretação, o fato de a formação acadêmica ser deficiente abriu uma brecha para os defensores da academia iniciarem uma campanha a favor dos *scholars* em detrimento da crítica de rodapé.

Esta monografia pretende estudar o espaço da crítica literária no jornalismo cultural brasileiro especialmente a partir dessa dicotomia.

Busca-se entender o processo pelo qual passou a crítica literária como instituição e que deu condições para que ela ocupe hoje as páginas dos cadernos de cultura dos grandes jornais. Falando em estudos de Comunicação, procura-se compreender como a crítica literária foi exercida na imprensa tradicional, assim como verificar de onde ela partiu: se das academias, das redações, de ambas.

¹ “A crítica, seguindo o ciclo do jornalismo, desde o século XIX a caixa de ressonância da literatura do país, e, portanto, de sua recepção pública num meio cultural escasso de livros – como hoje vai se tornando escasso de leitores – foi regularmente veiculada pelos jornais das duas metrópoles, Rio e São Paulo (*Correio da Manhã*, *Diário de Notícias*, *A Manhã*, *O Estado de S. Paulo*, *Jornal do Brasil*) – antes que seus autores, em muitos casos, as enfeixassem em livro” (NUNES, 2000, p. 61).

² “A tarefa do ‘crítico titular’ consistia em fornecer semanalmente, sobre livros do momento, um comentário que ocupava toda a parte inferior de uma das páginas internas, o ‘rodapé’ (antigamente ‘folhetim’), subordinado a uma rubrica geral invariável, que dava nome à secção e vinha impressa acima do título de cada artigo” (CANDIDO apud ROCHA, 2011, p. 12).

Busca-se entender o processo de formação do crítico e o seu papel no processo de composição do jornal ao longo do tempo para de alguma forma inferir esse espaço nos dias de hoje.

Suplementar esta discussão é importante no cenário contemporâneo em que a crítica literária não guarda o mesmo prestígio de épocas anteriores: e de fato esse próprio prestígio pode ser algo já desnecessário. Mas discutir com outros autores já demonstra, por si mesmo, uma iniciativa no sentido de compreender o fenômeno crítico na imprensa tradicional.

Esta pesquisa se inicia com a revisão da literatura específica. A escolha por esta metodologia visa conhecer as pesquisas que dão sustentação a esse campo de estudo. A metodologia faz parte de um ciclo que deve terminar quando da publicação desta monografia, que deve complementar o sistema de conhecimento gerado acerca do tema (STUMPF, 2010, p. 52).

A revisão da literatura precede a mesma escolha do tema do projeto, isto porque “é o desejo de esclarecer um assunto não suficientemente investigado que vai mantê-los [os pesquisadores] motivados para atingir este objetivo” (STUMPF, 2010, p. 52). Ao longo do trabalho, é claro, percebe-se que há uma extensa bibliografia sobre a crítica literária nos jornais brasileiros.

A pesquisa bibliográfica realizada teve por objetivo criar uma sustentação mínima para que o pesquisador tivesse elementos necessários para compreender a transformação da crítica literária nos jornais no Brasil, e quais são e foram as suas relações com o jornal enquanto veículo de comunicação.

Para isso, separou-se este estudo em três partes: o primeiro capítulo pretende ser um breve apanhado histórico e sociológico do jornalismo e da crítica literária brasileira. Tomando como base principal os estudos de Antonio Candido, o capítulo destaca aspectos sobre que se tornaria um espírito crítico brasileiro. O capítulo está separado em três seções maiores: “O lugar do intelectual nas primeiras décadas do século XIX”, “A República e a *Belle Époque* brasileira” e “O modernismo brasileiro e a crítica literária”. Cada uma das seções tomou um período histórico importante do país (quais sejam a Independência, a Proclamação da República e a realização da Semana de Arte Moderna) como ponte para a interpretação da realidade do jornalismo brasileiro.

O leitor vai perceber desde o início um estudo bastante relacionado com a área das Letras, isso porque, como diz Santiago (1993, p.12), “a história da

imprensa escrita na sociedade ocidental é a história da sua desliteraturização”. Sobre a crítica literária: “A crítica literária nasceu nos jornais” (NINA, 2007, p. 21). Fica claro com o desenvolvimento da pesquisa que a relação entre as Letras (como instituição, primeiro informal, depois universitária) e o Jornalismo sempre foi próxima, independente dos diversos conflitos e polêmicas ligados à crítica literária nesses dois espaços.

Ainda no final do primeiro capítulo o leitor terá algumas pinceladas da análise mais importante para o objetivo dessa pesquisa, ou seja, a revisão bibliográfica acerca do embate entre crítica literária de rodapé e crítica literária universitária. Os estudos apontam para a década de 1940 como o marco inicial da separação entre jornalistas e *scholars*, separação que, com exceções, até os dias de hoje persiste, ao menos superficialmente.

No segundo capítulo, o leitor encontrará uma revisão sobre esse embate, especialmente em torno da polêmica entre Afrânio Coutinho e Álvaro Lins: o primeiro, o grande defensor dos estudos universitários a partir dos anos 1940, o segundo, o grande crítico de rodapé da primeira metade do século XX. Representada tradicionalmente por essas duas figuras, a querela entre academia e rodapé rendeu discussões que desde algum tempo são objetos de estudo de diversos especialistas em crítica literária no país.

As interpretações mais tradicionais, como a de Flora Sussekind (1993), por exemplo, levam a um entendimento de um verdadeiro embate entre as duas instituições, com o inegável “triunfo” da crítica acadêmica.

À leitura das fontes bibliográficas mais tradicionais, adicionaram-se as reflexões de João Cezar de Castro Rocha (2011), que propõe um novo ponto de partida (e de chegada) para a interpretação deste fenômeno histórico, literário e jornalístico. É uma releitura à ideia de que a academia triunfou sobre o rodapé de uma maneira heroica. O capítulo se propõe a ir além dessa leitura maniqueísta.

Um dos novos pontos levantados, por exemplo, é a afirmação de que a crítica literária como agente judicativo das literaturas é um conceito ultrapassado — especialmente por causa das novas formas de difusão de informações. Outra consideração importante feita por Castro Rocha é a ideia de renovação necessária (ou obrigatória) a que a crítica literária deve submeter seu discurso vigente para conseguir manter um caráter minimamente relevante na sociedade.

O capítulo também contém elementos históricos sobre o processo de criação e estabelecimento de dois cursos universitários chave para este estudo: o curso de Letras e o curso de Jornalismo. O primeiro por ser a chave de formação para os críticos literários universitários, defensores, em maioria, da institucionalização da crítica; o segundo por fazer parte da revolução jornalística a que os jornais foram submetidos a partir da década de 1950. Década que foi muito importante para todo o jornalismo brasileiro, e representou diversas transformações nas relações de produção de notícia e de emprego dos próprios jornalistas.

O capítulo 4 contém entrevistas com quatro profissionais diretamente envolvidos com crítica literária para jornais nos dias atuais: Miguel Sanches Neto, Claudia Nina, Sérgio Rodrigues e Alcir Pécora. Foram encaminhadas quatro perguntas iguais para cada um e a partir das respostas foi possível retirar impressões importantes sobre o atual estado da crítica literária e da sua relação com os meios de comunicação.

Nesse capítulo final, optou-se por utilizar a metodologia da entrevista em profundidade (DUARTE, 2010, p. 62-83). Esse é um recurso metodológico que busca “recolher respostas a partir da experiência subjetiva de uma fonte”. Entre os entrevistados, buscou-se equilibrar a formação acadêmica em Jornalismo e em Letras, o contato com a crítica literária e o contato com as redações de jornal: experiências fundamentais para a discussão da questão aqui proposta. Todos esses detalhes serão fornecidos no início do capítulo.

Buscar depoimentos de fontes ligadas ao exercício crítico no presente também é uma forma de avaliar o quadro atual e colocar a prova os argumentos do passado. Revalorizar o trabalho da crítica literária no jornal, em última instância, é revalorizar o espaço que a literatura, enquanto arte fundamental, pode ter no cotidiano de todo mundo.

2 REVISÃO HISTÓRICA E SOCIOLÓGICA DO JORNALISMO BRASILEIRO (1808-1940)

2.1 O LUGAR DO INTELLECTUAL NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XIX

Nesta seção será abordado o início da formação intelectual e literária no Brasil. Busca-se definir o lugar do intelectual, suas relações sociais, especialmente com o Estado e o poder público, o embrião de uma literatura brasileira que será, também, o embrião da crítica literária no Brasil. Não se pretende dar conta da história do jornalismo brasileiro, mas de suas imbricações com a crítica literária. Antonio Candido será o guia principal deste capítulo, especialmente com *Formação da literatura brasileira* (2000a) e *Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária* (2000b).

Será possível perceber nas próximas páginas que a definição do lugar do intelectual na sociedade brasileira deu o tom do desenvolvimento do jornalismo e da literatura por todo o século XIX e primeira metade do XX. O vínculo ao poder público, verificado desde o século XIX, coloca uma questão fundamental para a literatura brasileira: a possibilidade de se produzir uma literatura esteticamente avançada sob a tutela do Estado.

Ainda nesta seção não deve ser muito clara a separação entre intelectual, escritor, crítico e jornalista: por enquanto, princípios de século XIX, eles se confundem, e em alguns casos são as mesmas pessoas. Também se parte de um estudo literário da história do Brasil (Candido é a principal fonte) justamente por se perguntar de que espaços saiu o crítico literário brasileiro, aonde chegou e qual a sua representação. Estudar episódios de formação literária do país e de estabelecimento do lugar do intelectual é uma saída possível para responder essa questão.

A chegada da Corte Portuguesa ao Brasil, em 1808, foi um marco da história intelectual e política do país. A partir dele, o Rio de Janeiro foi estabelecido como a capital científica, e também se organiza o pensamento livre: a fundação dos cursos técnicos e superiores, a divulgação do conhecimento, a imprensa (periódica ou não), as sociedades organizadas, como a maçonaria, e o início de um mercado livreiro

são fatores que, ainda incipientes, possibilitam uma primeira organização intelectual brasileira (CANDIDO, 2000a, p. 217-218).

Candido (2000a, p. 215) define o momento como a nossa “Época das Luzes”.

Houve logo nos primeiros anos da presença de d. João VI no Brasil um movimento literário de dependência e sujeição à Corte: é um momento de entusiasmo, uma verdadeira percepção em tempo real da mudança de cenário que o Brasil Colônia vivia. Toda esta esperança e adulação, por sua vez, parece ter começado a definir um traço da literatura¹ brasileira que permaneceu ao longo das décadas: um vínculo muito grande com o poder público.² É a partir daí que se cria um movimento definidor da própria literatura brasileira (CANDIDO, 2000a, p. 217).

Na época de d. João, o livro era um objeto caro e raro. Pouquíssimas livrarias têm registro desta época (entre os anos de 1807 e 1817, seriam catalogadas quatro no Rio de Janeiro e uma em Recife) (CANDIDO, 2000a, p. 219-220). Percebe-se também outro fator que nasceu nestes anos e que perduraria por muito tempo na história da literatura brasileira: a dependência do mercado de livros à escola. A implementação da Imprensa Régia, ainda em 1808, e a publicação de determinadas obras, em seguida, selaram a lista de livros recomendadas, no ano de 1810, aos alunos da Real Academia Militar, por exemplo (LAJOLO; ZILBERMAN, 2002, p. 109).

As associações político culturais também tiveram um papel importante nesta época, ao submeter os intelectuais e escritores a um pensamento livre, não mais subordinado ao clero. É um fator importante porque além da literatura, começa-se a se pensar a sociedade brasileira. Os intelectuais e escritores passam então ser parte orgânica da sociedade, interessados no progresso, com base nas *luzes* (CANDIDO, 2000a, p. 221).

É neste momento que, pela primeira vez, existem condições intelectuais próprias do Brasil para definir o lugar do escritor no cenário. É conhecida a escassez de escolas de instrução superior e de livros; aos intelectuais, é atribuída uma grande

¹ “O que se chama propriamente literatura, é o drama, o romance, a poesia, a crítica literária, a história e ainda os ensaios filosóficos-literários” (VERÍSSIMO, 1977, p. 249). Em todo este capítulo, partiremos sempre da definição de Veríssimo, que inclui a crítica literária.

² “Simbolizava a atitude paternal do governo, numa sociedade em que o escritor esperava acomodar-se nas carreiras paralelas e respeitáveis, que lhe permitiriam viver com aprovação pública, redimindo ou compensando a originalidade e a rebeldia. Por isso mesmo, talvez tenha sido uma felicidade a morte de tantos escritores de talento antes da servidão burocrática”. (CANDIDO, 2000b, p. 83-84)

importância, pois a eles eram distribuídas funções importantes no espaço público, desde administradores até oradores e professores; e mesmo o público intelectual ainda é muito restrito: até por isso valorizado sobremaneira. Mais uma marca daquela tendência que liga umbilicalmente intelectuais e poder público (CANDIDO, 2000a, p. 222). “Aí se encontram porventura as raízes da relativa jactância, reforçada a seguir pelo Romantismo, que deu aos grupos intelectuais, no Brasil, exagerada noção da própria importância e valia” (CANDIDO, 2000a, p. 222).

Esses fatores também podem ilustrar as condições de produção a que os escritores e intelectuais se submeteram naquele momento e durante todo o século XIX. Apoiando-se na justificativa de um meio pobre intelectualmente, ele não sabe mais como medir os próprios limites, e passa a se colocar num estágio de distinção exagerado.³

Com a superação da Colônia, a partir de 1822, e a ideia cada dia mais clara da Independência política, o intelectual ocupa pouco a pouco o espaço do homem de ideias, daquele que pensa e age na sociedade. Também com a libertação dos ideais clericais e o estudo da *filosofia moderna* europeia, há o surgimento de um ideário mais progressista, que aos poucos vai formando a inteligência brasileira.

Não se pode negligenciar a fatal identificação com as classes dominantes (CANDIDO, 2000a, p. 225). É muito clara, ainda, a noção “civil” da atividade científica, sempre buscando algum benefício para a sociedade (CANDIDO, 2000b, p. 102). Nomes como Manuel Ferreira de Araújo Guimarães (fundador da revista *O Patriota*, mais detalhes a seguir) e Hipólito José da Costa Pereira, introdutores da imprensa periódica no Brasil, saíram do grupo de intelectuais dedicados à atividade científica. A ligação entre as Letras e a produção científica ficará mais clara a partir dos anos 1930, quando os cursos de Letras chegam às universidades do país, como está abordado no segundo capítulo desta pesquisa.

Há que se sublinhar também a “repugnância em dedicar-se de todo à literatura” (CANDIDO, 2000a, p. 226), que pode ter criado alguma desconfiança em relação ao escritor brasileiro desde esses tempos. A partir daí, é possível notar uma desvalorização da atividade puramente estética, que conseqüentemente perde qualidade: os intelectuais, ao invés da literatura, passam à oratória e ao jornalismo.

³ Apesar de que “além de tardia, a implantação da imprensa na então colônia lusitana constituiu uma medida isolada, não tendo sido secundada pela criação e consolidação de instituições e instrumentos necessários à difusão dos produtos impressos. Continuavam faltando escolas, bibliotecas, gabinetes de leitura, livrarias, jornais, editoras”. (LAJOLO; ZILBERMAN, 2002, p. 108)

Este é outro fator que persiste na história do país, a *validação* do intelectual, ou do escritor, por meio da publicação em jornal (CANDIDO, 2000a, p. 230).

Em relação especificamente ao período da Independência, Isabel Lustosa (2000, p. 26) diz que as vozes dos intelectuais, dos políticos, das sociedades organizadas, como a maçonaria, ou apenas dos aventureiros se confundiam e se lançavam na “recém-criada profissão de jornalista”.

Quem se destacou nesse ambiente foi Hipólito da Costa, fundador e redator do *Correio Braziliense*, jornal que circulou no Brasil entre 1808 e 1822, considerado “talvez a mais alta figura entre os nossos *ilustrados*” (CANDIDO, 2000a, 233).

Ironicamente, Hipólito da Costa não compartilhava da excitação crescente e presente em outros segmentos intelectuais. Era otimista, sim, mas um crítico ferrenho das políticas joaninas. Tanto que, pouco depois de encerrado o período colonial, em 1823 fechou as portas do *Correio Braziliense* (CANDIDO, 2000a, p. 234).

As suas críticas se dirigiam especialmente à “falta de senso da realidade brasileira”, e aquela atitude complacente demonstrada por uma sociedade que louvava atitudes benevolentes de um rei, atitudes que não correspondiam, afinal, às verdadeiras necessidades da emergente sociedade brasileira. Daí a necessidade da Independência (CANDIDO, 2000a, p. 235).

Em relação às artes, especialmente à literatura, Costa se mostrava pouco sensível, mas preocupado com a elevação do nível intelectual. Considerava de primeira importância o estabelecimento de universidades no país, a ampla alfabetização e a circulação de jornais e periódicos. Candido sublinha as três preocupações principais do jornalista: “liberdade política, liberdade de expressão, difusão das luzes” (CANDIDO, 2000a, p. 236). Ainda por causa deste pragmatismo, a literatura pouco aparece no *Correio Braziliense*, e quando aparece se dá ligada a preocupações políticas (CANDIDO, 2000a, p. 237).

É notável a penetração que o jornal teve na classe intelectual brasileira: Hipólito da Costa parece ter sido fundamental no sentido da orientação dos homens políticos, sempre estimulando o progresso científico e uma apurada análise política (CANDIDO, 2000a, p. 238).

É importante destacar a primeira revista cultural brasileira relevante, *O Patriota*, ironicamente fundada por um matemático, Araújo Guimarães (1777-1838). A revista, de 1813, trazia uma linha editorial que serviria de modelo para outras

publicações que surgiriam também no século XIX: memórias literárias e históricas, poesia, traduções, notícias. A ideia de difusão da cultura e do progresso nacionais, oriunda do ideário iluminista presentes no país, era a força motriz da revista (CANDIDO, 2000b, p. 106). Há três princípios editoriais consolidados pelo *O Patriota* que serviriam de base para as outras publicações século afora: o patriotismo e a vontade de introduzir no país conceitos e avanços especialmente da Europa; um temário bastante diversificado; e “um cuidado todo especial em apresentar os assuntos tratados numa linguagem acessível e interessante, apta a engajar um leitor desacostumado a esse tipo de literatura” (FRANÇA, 2008, p. 52-53).

Em *O Patriota* já aparecem apresentações críticas de obras publicadas dentro e fora do país, mas ainda há uma difusão de diversas áreas do conhecimento: da literatura à botânica, da navegação à mineralogia (FRANÇA, 2008, p. 48).

Entre aqueles que fizeram parte de suas páginas, no único ano em que elas existiram de fato, estão Tomás Antônio Gonzaga, Cláudio Manuel da Costa e Silva Alvarenga (CANDIDO, 2000b, p. 106).

O Patriota durou dois anos completos: do princípio de 1813 a dezembro de 1814. Não é considerada a primeira revista, no sentido pioneiro, por haver registros de um periódico soteropolitano que data de 1812, chamado *Variedades ou Ensaios de Literatura*, que durou apenas duas edições. *O Patriota* contou também com um apoio entusiasmado dos intelectuais diretamente ligados à Corte, e foi inclusive citado elogiosamente no *Correio Braziliense* (FRANÇA, 2008, p. 45-46).

Pode-se atribuir papéis importantes a *O Patriota*. A revista prestou um serviço de divulgação e formação da literatura brasileira num momento prévio à consolidação desta. Deu vazão e publicou diversos poetas considerados de segundo escalão, mas com isso estimulou alguma atenção social aos homens de cultura. E por fim colaborou para estabelecer o molde do intelectual brasileiro do século XIX (FRANÇA, 2008, p. 49-51), como já foi visto.

O jornalismo então se coloca, nas primeiras duas décadas do século XIX como um processo de transformação intelectual e cultural: a passagem da cultura extremamente oral que dominava o país para a cultura tradicional, elitista, mas não transformando uma na outra, apenas criando um meio termo, talvez até um equilíbrio (LUSTOSA, 2000, p. 36).

Há poucas dúvidas de que a vida intelectual brasileira se iniciou neste período, de chegada da corte e, por conseguinte, a difusão (ainda que muito limitada) do jornalismo. O fato de Candido lembrar que Hipólito da Costa foi considerado o maior dentre os ilustrados brasileiros parece ser significativo sobre o papel do jornal naquela sociedade: papel que, como veremos na seção seguinte, se mantém no século XIX, mas começa a perder força.

2.2 A REPÚBLICA E A *BELLE ÉPOQUE* BRASILEIRA

Nesta seção, será estudada, sempre tendo em vista o jornalismo e a crítica literária, uma época decisiva no cenário político brasileiro: a transição do Império para a República. Nessa época viveram e nasceram no Brasil figuras determinantes para o debate tema desta monografia, entre elas Machado de Assis (1839-1908), José Veríssimo (1857-1916) e Sílvio Romero (1851-1914).

Como está demonstrado a seguir, é neste momento que a nação brasileira começa a se formar e já aparece uma literatura que assim pode ser denominada, mas a crítica literária ainda é muito rarefeita.

O final da Guerra do Paraguai em 1870, o primeiro grande recenseamento do Império, em 1872, e o estabelecimento da primeira grande casa editorial brasileira, de B. L. Garnier, foram fatores importantes para as transformações sociais por que o Brasil passou e que afetaram o campo intelectual. Os principais motivos de a Guerra trazer transformações na cultura intelectual foram dois: o intercâmbio inédito promovido entre pessoas de diferentes regiões do Brasil e, juntamente a isso, a primeira vez que o conceito de nação foi vivenciado no país. (GUIMARÃES, 2004, p. 85-86).

Ainda no final do oitocentos brasileiro é difícil afirmar o lugar do crítico literário: a crítica histórica é a primeira que ganha relevância e os jornais recebem intelectuais em crise de identidade, processo explicitado a seguir. Mas desde a década de 1860, Machado de Assis já questionava a existência da crítica literária brasileira, em diversos ensaios publicados nos periódicos, entre eles o célebre “O ideal do crítico”, publicado originalmente na edição de 8 de outubro de 1865, no *Diário do Rio de Janeiro*. Nele, o autor faz um duro julgamento sobre a inexistência

da crítica brasileira e então aponta soluções para o que seria, enfim, o crítico ideal. Diz Machado:

Estabelecei a crítica, mas a crítica fecunda, e não a estéril, que nos aborrece e nos mata, que não reflete nem discute, que abate por capricho ou levanta por vaidade; estabelecei a crítica pensadora, sincera, perseverante, elevada — será esse o meio de reerguer os ânimos, promover os estímulos, guiar os estreantes, corrigir os talentos feitos; condenai o ódio, a camaradagem e a indiferença — essas três chagas da crítica de hoje — ponde em lugar deles a sinceridade, a solicitude e a justiça — é só assim que teremos uma grande literatura. (ASSIS, 2011, p. 8).

O autor coloca o ideal da crítica literária em primeiro plano na literatura nacional ao afirmá-la como verdadeira formadora de identidades e promotora de obras “boas” — coisa que não acontece naqueles anos, justamente pela crítica não ser uma instituição independente, justa, urbana, tolerante, conscienciosa (ASSIS, 2011, p. 9-10).

A questão é que a formação do crítico — e do homem de letras em geral — ainda não é muito clara e é difusa entre intelectuais, escritores, jornalistas. A difusão é o assunto principal desta seção.

A partir da década de 1870 surge no Brasil uma geração moderna de intelectuais que tinha por objetivo implantar as reformas adequadas a seu tempo, voltada para o fluxo cultural europeu e que era composta especialmente por abolicionistas, liberais, democratas e republicanos. Eram os autodeclarados “mosqueteiros intelectuais”. A “condição ética do homem de letras passa a ser o engajamento”. A esta geração, e à próxima, pertencem homens como Tobias Barreto, Sílvio Romero, Rui Barbosa e Joaquim Nabuco (SEVCENKO, 2003, p. 97-98).

A crença de que os homens de letras detinham a predisposição política de trazer ao novo Brasil as correntes filosóficas e culturais da Europa era largamente difundida, e revelava a condição de “grupo” que tomou conta dessa classe. Eles se definiam ao mesmo tempo como agentes e como condição de uma corrente transformadora. Esse fator propiciou um “utilitarismo intelectual”: qualquer ação cultural só era válida se trouxesse consigo um processo de mudança social (SEVCENKO, 2003, p. 99-100).

As intenções eram, entre outras, reparar os estragos feitos à imagem da nação brasileira pelos atos cometidos durante a Guerra do Paraguai (1864-1870);

amenizar a desumanidade do regime escravocrata, e aboli-lo; estabelecer o contexto intelectual nacional (GENS, 2008, p. 195).

A conjuntura advinda das vanguardas europeias condicionou em larga escala o desenvolvimento científico em todo mundo, especialmente em torno das ciências naturais, como a microbiologia, a química e a física. Esses fatores desencadearam a Segunda Revolução Industrial ou Tecnológica, dando condições ao surgimento dos Estados modernos.

Ao mesmo tempo, cria-se a necessidade de evolução estruturada das ciências humanas, visando o estabelecimento desses Estados, em campos como a história, a antropologia, a geografia, por conseguinte, a literatura. Do processo de aceleração e concentração da atividade intelectual, desencadeou-se a modernização de grandes centros urbanos, as capitais dos países passaram a “centros cosmopolitas” e acontece então a universalização de valores europeus entre as sociedades tradicionais, como o Brasil (SEVCENKO, 2003, p. 101-102).

Os homens de letras brasileiros desta época, portanto, continuam com o estigma de soberba e arrogância que herdaram do tempo de d. João VI, com o discurso de liderança social. Levando esse fato em conta, Sevcenko (2003, p. 103) aponta duas linhas de ação que competiam aos literatos (segundo os seus próprios direcionamentos): a construção da nação e o remodelamento do Estado, a modernização da estrutura social e política do Brasil.

Também é possível assinalar outras preocupações intelectuais do final do século XIX: a preocupação da autonomia do Brasil frente ao processo acelerado de expansão das nações europeias e da imigração em massa que tomou conta do período. Essa dicotomia, entre tomar parte das vanguardas europeias e defender-se de um potencial inimigo da pátria (os imigrantes), levava alguns dos próprios intelectuais brasileiros à autocomiseração (SEVCENKO, 2003, p. 104).

O “nacionalismo intelectual” levou a um desejo de criação da ciência brasileira, uma afirmação diante da forte influência europeia, decorrente também da entrega aos estudos de assuntos nacionais. A ligação entre o campo científico e literário é presente, por exemplo, na inclinação a que Euclides da Cunha dedica a sua obra *Os Sertões*, pregando a necessidade de conhecimento do país e a exploração do interior.

A instabilidade do período é reforçada historicamente pela derrocada do Império e a Proclamação da República e gera dois tipos de reação: uma delas é

resumida como a “ideologia do país novo, do gigante adormecido”, que crê ingenuamente num mito de superioridade; a outra resulta de estudos profundos sobre a realidade que levariam a um juízo sobre o futuro. Em ambas as correntes nota-se o sentimento de “impotência diante do presente” ante às condições intelectuais experimentadas no país. A pouca aceitação os levou finalmente ao amargo papel de personagens sociais inúteis (SEVCENKO, 2003, p. 106-107).

Esse *status* é significativo no sentido de se relacionar com a própria atividade intelectual crítica sobre literatura: se ela também é inútil, por que ainda se tem a impressão de que é necessário alguém para apontar o que é bom e o que não é?

Apesar disso, os objetivos da cruzada intelectual foram basicamente cumpridos: a Abolição da Escravatura, em 1888, e a Proclamação da República, em 1889. E também apesar dos objetivos cumpridos, a intelectualidade não conseguiu se organizar para estabelecer as novas instituições decorrentes da República, que ficou nas mãos de um grupo político indefinido, não ideológico, corrupto e incapaz tecnicamente. Passaram à oposição política, e talvez por isso tenham sido, mais uma vez, preteridos. Isso também explica o forte apoio dos grupos intelectuais que teve Rui Barbosa, para eles, um verdadeiro “membro da seleta inteligência nacional lutando contra o mesmo desprestígio e o mesmo chão estéril” (SEVCENKO, 2003, p. 107-109).

Como um dos aspectos negativos da Nova República, herdado do Período Imperial, destaca-se o elevadíssimo índice de analfabetismo da sociedade brasileira. Desde 1876, data em que foi divulgado o primeiro recenseamento do Império, já existiam preocupações verdadeiras manifestadas em veículos periódicos (GUIMARÃES, 2004, p. 92). “O número de analfabetos no Brasil, em 1890, segundo a estatística oficial, era, em uma população de 14.333.915 habitantes, de 12.213.356, isto é, sabiam ler apenas 14 ou 15 em 100 brasileiros ou habitantes do Brasil” (VERÍSSIMO apud SEVCENKO, 2003, p. 110).

A circulação de jornais também se limitava a um número reduzido (consta que todos os jornais da capital do país somavam uma tiragem de 50 mil exemplares) se comparado à população ou aos números dos periódicos europeus, que somados “ultrapassavam de longe o marco do milhão” (SEVCENKO, 2003, p.111). Por volta de 1900, a tiragem do jornal *O Estado de S. Paulo* “não ultrapassava 8 mil exemplares” (COSTA, 2005, p. 45).

Somando a pressão política de um lado e a fria recepção que obtinham numa sociedade sem leitores, os homens de letras passaram a reforçar sua posição de distanciamento do público e de afastamento dos grupos políticos burgueses, e propunham uma independência própria. Porém, com a manutenção dos ideais éticos e estéticos vinha o impedimento de ações concretas, e uma consequente marginalização (SEVCENKO, 2003, p. 112-113).

Longe das esferas de prestígio social, os escritores e homens de letras viviam uma situação difícil, sem base material, sem apoio político: a situação, em dez anos de República, mudara muito. A transformação social que os intelectuais ajudaram a propagar trouxe a eles próprios transformações inesperadas. O “valor de mercado” ganhou bastante importância e passou a ser “o” valor a assombrar aspirações intelectuais. O “impulso autodestrutivo” resultante daí é uma marca forte da literatura da época (SEVCENKO, 2003, p. 116).

As palavras de Sevcenko sobre a ruptura que representou esse período são precisas:

A transformação dessa geração de intelectuais utilitários, primeiramente numa pequena comunidade de eremitas e então de indigentes, ou quase isso, assinalaria um momento traumático na evolução da história cultural do país. Deixados por si mesmos, desperdiçados como potencialidades sociais, acabariam com a consciência dividida entre o pensamento e a ação, condenados a um distanciamento permanente da realidade. (SEVCENKO, 2003, p. 116).

Toda essa produção intelectual tinha por base a cidade do Rio de Janeiro. Mesmo com as contradições e dificuldades que marcaram o período, o rápido crescimento da cidade trouxe novas oportunidades para os homens de letras. A expansão da produção e da exportação do setor primário da economia junto com a diluição dos recursos humanos e financeiros levaram políticos brasileiros, como o Barão do Rio Branco, a frequentar intelectuais para “consolidar a imagem austera de uma sociedade ilustre e elevada” (SEVCENKO, 2003, p. 118). Também é só em 1905, oito anos depois de sua fundação, que a Academia Brasileira de Letras, fundada no Rio de Janeiro em 1897, ganha uma sede própria, cedida pelo Estado.

As oportunidades de empregos burocráticos e cargos “de representação” — parecidas afinal com aquelas vislumbradas na época de d. João VI e do Primeiro Império — ainda eram atraentes para os intelectuais, assim como o apoio oficial

dado pelo Estado, como o mecenato. Tudo isso fazia da cidade do Rio de Janeiro um polo de cultura num país sem leitores (SEVCENKO, 2003, p. 118).

Mas mesmo assim, apesar da cena literária eventualmente ser pintada como “ruidosa”, a vida prática dos escritores era muitas vezes “penosa e desgastante”. Sem qualquer estabilidade garantida, os escritores buscavam nesses outros meios — e também no jornalismo — alguma garantia de sobrevivência (GENS, 2008, p. 202).

O movimento dos intelectuais para os jornais, que ocorre durante todo este período, tem uma grande repercussão no grupo: ao defender e proclamar a alfabetização para a “redenção das massas”, os intelectuais tentam demarcar um território, já desligado das elites econômicas e distante da classe política. Isso representa um novo campo de “ação social”, a opinião pública. Mas ainda não é o momento de qualquer afirmação definitiva: apesar de o jornalismo ter se tornado uma “coqueluche da burguesia”, a manifestação intelectual, sem apoio das oligarquias, “morreu na reverberação ineficaz da retórica” (SEVCENKO, 2003, p. 118).

Sobre o período, diversos críticos de cultura afirmavam uma crise intelectual, marcada em larga escala pela decadência cultural, depois da explosão do romantismo (SEVCENKO, 2003, p. 120).

Veríssimo (1977, p. 242-260), por exemplo, afirma que apesar de um movimento agitado de intelectualidade durante a década de 1870, a produção intelectual brasileira ainda era dispersa, e que jamais foi condensada em uma única corrente que esse nome merecesse. Para ele, em 1883, ainda não existiam grandes obras, “dessas que fazem a glória de um homem e a honra de uma literatura”. Para isso, existia uma condição fundamental: o escritor brasileiro ainda era um amador, um “dilete”, pois não era possível viver de suas próprias obras.

Para o crítico, não pode haver uma base intelectual sólida num país que não dê condições para os seus pensadores produzirem um movimento nesse sentido. Ainda em 1883, também é criada a Associação dos Homens de Letras no Brasil, com o objetivo de criar uma profissão para os escritores, fato que abriria as portas para uma literatura “rica e brilhante”. Também há que se sublinhar, entre as dificuldades da nova associação, o “desprezo” com que as classes intelectuais estariam sendo tratadas pela burguesia e pela aristocracia.

Quase dez anos depois, em 1891, o cenário ainda é desanimador. À parte a pouca bibliografia especial de que se dispunha em termos de catalogação de produção científica e literária, a discussão política ainda parecia sobrepujar esses outros tipos de produção. Da mesma forma, os poucos recursos destinados às ciências não davam condições suficientes para uma produção satisfatória (VERÍSSIMO, 1977, p. 261-262).

Característica dessa crise é a perda de espaço da literatura brasileira, que passa a competir com novos meios de comunicação, quais sejam a imprensa periódica em larga escala, a fotografia, o cinema, com o novo ritmo de vida que passa por uma americanização acelerada (entrada na sociedade ávida por objetos consumíveis, automóvel, vestimentas, etc) e com a "homogeneização das consciências pelo padrão burguês". Com exceção da ironia e do sarcasmo presente nas obras de Machado de Assis e Euclides da Cunha, por exemplo, a crítica pouco espera algo diferente nos primeiros anos do século XX (SEVCENKO, 2003, p. 122-123).

Uma consequência importante do processo de "achatamento" da literatura nesse período foi a "descaracterização do intelectual e do literato tradicionais", que passaram por um processo de dissolução na sociedade e chegaram a ser lugar-comum. Esse movimento antecedeu a formação das profissões liberais e esboçou grande parte da atividade intelectual para o jornalismo (SEVCENKO, 2003, p. 125).

O jornalismo era reconhecido pela crítica, no final do século XIX, como a mais importante manifestação intelectual do Brasil, à frente da literatura, da história e das ciências em geral (VERÍSSIMO, 1977, p. 268).

A concorrência com espaços tradicionais, como o da própria Igreja, acabou por influenciar a criação artística, uma vez que a padronização da linguagem e as baixas remunerações a que eram impostos os homens de letras tendiam a um verdadeiro "sufocamento" da originalidade, debate que não se esgota até os dias de hoje.

Por outro lado, o jornalismo de fato ganhava terreno, empreendia campanhas contra hábitos tradicionais e difundia o otimismo pela sociedade. Mas, principalmente, com a eclosão da Primeira Guerra Mundial, o tom despreocupado passaria a ser motivo de estigma para o jornalismo, especialmente entre os intelectuais. "Era preciso separar o joio do trigo". Era com a Guerra que viriam as primeiras dificuldades, como a elevação do custo do papel importado, a redução do

consumo, e dada a necessidade de sobrevivência, a proximidade perigosa com o sistema político e até com contraventores (SEVCENKO, 2003, p. 126-127).

O ingresso, portanto, dos escritores no jornalismo representa um momento característico da história do Brasil: a necessidade de um emprego fixo, de uma remuneração sólida diferente do “pacote de bondades” de uma aristocracia refinada, passa a ser uma preocupação eminente entre os intelectuais. Com os impedimentos de uma ampliação do mercado editorial, o analfabetismo maciço como o maior deles, o jornalismo, ao lado da política e do funcionalismo, funcionou como uma porta de escape (SEVCENKO, 2003, p. 127-128), no sentido de garantir aos intelectuais alguma subsistência fixa.

Por volta de 1900, o jornalismo brasileiro recebeu um novo talento que representava uma relativa modernização: Paulo Barreto, também conhecido por João do Rio⁴. Grandes nomes da literatura, como Machado de Assis e Olavo Bilac, já tinham passado por redações, porém, o jornalismo que exerciam privilegiava a análise e o comentário, e não a informação.

João do Rio foi quem levou ao jornalismo brasileiro o caráter de investigação da notícia, ou simplesmente a reportagem (COSTA, 2005, p. 41). É concomitante o processo de industrialização da impressão, em todo o mundo, permitindo maior sofisticação na diagramação, “multiplicação de oficinas de fotografia e galvanoplastia e a substituição da litografia pela foto mecânica” (COSTA, 2005, p. 45)

Porém, ainda era preciso transitar entre os dois mundos, entre jornalismo e literatura. Sobre essa relação, é célebre o estudo de João do Rio, *O momento literário*. Publicado inicialmente na *Gazeta de Notícias* entre 1904 e 1905, a pesquisa foi publicada livro em 1907, e dela participaram 36 intelectuais brasileiros. Entre as perguntas da enquete, o autor considerava a seguinte a principal: “o jornalismo, especialmente no Brasil, é um fator bom ou mau para a arte literária?” (COSTA, 2005, p. 11).

Em resposta ao estudo, “dez [intelectuais] acharam que o jornalismo prejudica a vocação literária; onze disseram que é favorável; onze opinaram que ajuda o aspirante a escritor, mas também o atrapalha; três não responderam à questão; um não entendeu a pergunta” (COSTA, 2005, p. 19).

⁴ “Tradutor de Oscar Wilde, esse estranho dândi balofo, mulato e sabidamente homossexual, driblou os preconceitos da época, tornando-se um dos escritores mais populares do período. Em 1921, às vésperas da revolução modernista, seu enterro parou o Rio, acompanhado por uma multidão que se estima cerca de 100 mil pessoas” (COSTA, 2005, p. 43).

O equilíbrio é simbólico, assim como o tom das respostas. Elísio de Carvalho, por exemplo, diz que o jornalismo seria “o mais pernicioso dos fatores”, isso por perverter o estilo, rebaixar a língua e relaxar a cultura. Por outro lado, Medeiros e Albuquerque faz uma defesa do jornalismo, chegando a desmerecer os literatos não jornalistas, que, por produzirem pouco, precisavam do “exercício braçal do jornalismo” (COSTA, 2005, p. 20-21).

Os diversos jornais que surgiam e se espalhavam pelos grandes centros do país, nascidos a partir do desenvolvimento das técnicas de impressão, serviam de base para os homens de letras se lançarem no espaço público, porque eram apenas estes jornais que exerciam o papel de divulgação. O equilíbrio nas respostas da enquete lançada por João do Rio revela a dificuldade de classificar esse processo como negativo ou positivo para a atividade intelectual e literária no Brasil (COSTA, 2005, p. 25).

Na mesma época ocorre um processo de mercantilização da literatura, a que os autores também respondem com a criação de entidades de classe e posicionamentos de defesa dignos em relação à produção intelectual. Somadas todas essas pressões, o grupo intelectual ficou dividido entre a “tradição engajada” do final do século XIX e a “assimilação desvirilizadora”, ou seja, desagregadora, do início do XX, perdendo qualquer unidade que teria criado com a formação da literatura brasileira (SEVCENKO, 2003, p. 129).

A grande desvalorização pela qual passaram os intelectuais brasileiros do fim do século XIX parece produzir ecos que soam nas disputas envolvendo a crítica literária dos anos 1940 e 1950 (tema do terceiro capítulo deste estudo). Adiantando: não havendo alicerce de sustentação na sociedade, os homens de letras devem buscar outras bases para o seu trabalho e em última instância sua própria razão de existir. Primeiramente, como visto, os jornais, que em seguida também os rejeitam: resta a universidade, a academia, e os estudos científicos que se estabelecem na segunda metade do século XX no Brasil.

Esse é um ponto importante para o desenvolvimento do nosso raciocínio: como demonstrado, os intelectuais vão perdendo espaço nas esferas que anteriormente eram o seu lar natural: o Estado, o jornal. Como meio de sobrevivência, há que se buscar este novo lugar (a academia) para simplesmente existir.

2.2.1. A crítica literária do período (1880-1922)

Quanto à crítica literária em si, do período, destacam-se três autores: Sílvio Romero, Araripe Júnior e José Veríssimo, que aprimoraram a crítica nacionalista de origem romântica. Essa corrente, muito forte nos primeiros períodos da formação literária brasileira, “foi um elemento de autodefinição e diferenciação”. Porém, na virada do século, já não há mais latência nessa preocupação. Especialmente com Veríssimo, há uma passagem gradual do historicismo para a estética (CANDIDO, 2000b, p. 115-116), do mero relato histórico à análise mais intrínseca da obra.

A crítica literária — tanto a produzida nesse período, como aquela que a ele se dedicou — não deixou de lado a preocupação com o público leitor no Brasil. Sílvio Romero, ainda no século XIX, já se indignava com o espaço enorme que separava os homens de letras do público, assim como com a “extrema concentração” da produção literária. José Veríssimo também relacionou (e lamentou) o caráter dessa produção ligada demais à Corte, ressaltando as grandes dificuldades de deslocamento e circulação de informações por todo o extenso território nacional (GUIMARÃES, 2004, p. 47).

Mas é na polêmica que a manifestação crítica vai ganhar corpo e ânimo, que deve durar até as primeiras décadas da segunda metade do século XX (ROCHA, 2011, p. 73).

Desde a metade do século XIX um dos grandes romancistas formadores da literatura brasileira, José de Alencar já era conhecido como um grande polemista. Envolveu-se em contendas com Gonçalves de Magalhães, Franklin Távora, e talvez a mais famosa, com Joaquim Nabuco (ELIAS, 2008, p. 86).

Dono de uma carreira notável nos jornais cariocas, Alencar usou o espaço do folhetim, ou rodapé, para estabelecer críticas literárias e relevantes debates públicos, talvez num prenúncio do que aconteceria nos periódicos modernistas.

Resumidamente, a contenda entre José de Alencar e Joaquim Nabuco se deu nas páginas de *O Globo*, entre 22 de setembro e 21 de novembro de 1875. A disputa começou por uma crítica respeitosa de Nabuco a uma peça de Alencar, *O jesuíta*, encenada num teatro no Rio de Janeiro que, segundo Nabuco, “tinha menos de meia casa”. A partir daí, houve uma troca de artigos, réplicas e tréplicas, que envolve então a obra de Alencar e a própria literatura brasileira. O que importa é

que, para além de divergências pessoais, Alencar e seus contemporâneos estabeleciam documentos valiosos para o entendimento sociológico do século XIX (ELIAS, 2008, p. 98) e também promoviam uma reestruturação da intelectualidade e do sistema estético vigente (ROCHA, 2011, p. 85).

Avançando no tempo, outro embate literário e crítico importante se deu entre Sílvio Romero e José Veríssimo, ambos autores de duas diferentes *História da literatura brasileira*. A divergência entre os dois se deu, principalmente no campo das opções teóricas, e “foi fundamental para o fortalecimento da crítica literária, institucionalizada inicialmente na trincheira dos periódicos” (ROCHA, 2011, p. 85). A aversão crítica de Sílvio Romero a ninguém menos que Machado de Assis também foi um ponto importante de disputa (MARTINS, 2002, p. 311).

A verdade é que a discussão pública dos dois extravasou os embates dignamente críticos: “crítica sociológica *ou* crítica estética; cultura alemã *ou* cultura francesa; Tobias Barreto *ou* Machado de Assis” (ROCHA, 2011, p. 88), e virou um festival de ofensas pessoais e particulares, muitas vezes pesadas.

Apenas para citar um exemplo de cada lado:

Em 1907, com *Que é literatura?*, livro de Veríssimo dedicado a questões especificamente de crítica literária, há um capítulo “Sobre alguns conceitos do Sr. Sílvio Romero”. Dentro desse capítulo, ao se referir à mania de Romero de continuamente citar a si mesmo, diz Veríssimo: “Jamais se viu um tão extraordinário caso de masturbação intelectual” (MARTINS, 2002, p. 388).

Em 1909, Sílvio Romero publicou um pequeno livro chamado “Zéverissimações ineptas da crítica”. Seu início: “Não costumo ler o Sr. José Veríssimo, principalmente depois do seu último concurso de história geral e do Brasil, em que se revelou duma ignorância abaixo de qualquer classificação” (ROMERO apud ROCHA, 2011, p. 86).

Tendo em vista todo esse imbróglio, Rocha (2011, p. 93) propõe uma leitura que vai além do mero relato histórico: citando o envolvimento de outros intelectuais na jogada, ele reafirma a necessidade de que esses outros críticos e intelectuais lessem as obras alheias, e a fim de rebater acusações e desvalorizar refutações, teriam que refinar seus próprios argumentos. “Eis o retrato do sistema interno de emulação que teria fortalecido o sistema intelectual brasileiro e cujo motor é a polêmica”.

Enfim, desde o movimento modernista do início do século XX (lembre-se à grande demonstração crítica de Monteiro Lobato à exposição moderna de Anita Malfatti, por exemplo, ver 2.3) até os dias atuais surgem discussões filosóficas, sociológicas ou mesmo de caráter crítico-literário nas páginas dos jornais, definidoras da literatura brasileira.

2.3 O MODERNISMO BRASILEIRO E A CRÍTICA LITERÁRIA

A Semana de Arte Moderna de 1922 talvez represente a única grande divisão da literatura brasileira de todos os tempos (CANDIDO, 2002, p. 117) e o modernismo o momento de maior tensão “entre a leitura dos críticos e a escrita dos escritores” (NUNES, 2000, p. 56).⁵ Tendo isso em mente, aliado ao fato de que a difusão de informação e produção cresce exponencialmente a partir dessa ruptura histórica, esta pesquisa trabalhará com recortes mais pontuais de produção crítica e intelectual relacionada diretamente aos jornais e revistas periódicas.

A Semana de Arte Moderna foi o “catalisador” de um processo de renovação da literatura brasileira: sustentada por seus protagonistas dinâmicos que encontraram em duas correntes herdadas das primeiras duas décadas do século XX as bases para o rompimento. Aquela ausência de fervor intelectual característico do período a que referimos na seção anterior praticamente esgotou estas duas correntes até então prevalentes: “o idealismo simbolista e o naturalismo convencional” (CANDIDO, 2000b, p. 118).

O simbolismo era importado diretamente da Europa e assim representava de maneira marcante os interesses da burguesia, ligados ao Velho Continente. Confrontada aos resquícios de regionalismo e à tendência de formação de grupos oficiais, o “academismo”, essa corrente perdia força no início da década de 1920. Ao mesmo tempo, o academismo tendia a uma repetição, um esvaziamento, um

⁵ A leitura de Wilson Martins é bastante interessante, em contraste com a frequente idealização que se faz à Semana de Arte Moderna. Martins: “Quem lesse a *Revista do Brasil* [ver 2.3.2] até 1923, [...] correria o risco de jamais saber que havia ocorrido em São Paulo a Semana de Arte Moderna. [...] [Oswald de Andrade], na conhecida conferência da Sorbonne sobre ‘o esforço intelectual do Brasil contemporâneo’ a única referência à semana de arte moderna (com minúsculas) é feita a propósito da pintura, prova, por um lado, de que a encarava, não como um acontecimento histórico, mas como simples promoção episódica” (MARTINS, 2002, p. 488).

oficialização garantida pela Academia Brasileira de Letras, e ainda propagava uma separação exagerada entre a literatura e a realidade, preservando um “gosto médio” que ainda durante muito tempo representou o parâmetro literário (CANDIDO, 2000b, p. 119).

O modernismo vem romper no Brasil com essas correntes, e estrear um novo momento no que Candido chama de “dialética do universal e do particular”: definir e impor novos horizontes intelectuais, como a pesquisa dos temas e das formas, a reflexão sobre o destino do homem, a busca de uma nova convicção (CANDIDO, 2000b, p. 119).

Há também a forte presença das correntes vanguardistas europeias, especialmente italianas e francesas. É preciso, porém, diferenciar a presença europeia na estética brasileira na década de 1920 e nas décadas anteriores: no momento do modernismo brasileiro, o país está numa posição de inserção internacional maior. A participação na Primeira Guerra atenuou o desnível cultural e propiciou uma participação mais intensa do país nos problemas sociais e econômicos no âmbito internacional.

Transformações da consciência literária oriundas de transformações sociais, que antes eram apenas adaptadas diretamente da Europa, agora ocorrem, em menor escala, ao mesmo tempo no Brasil. Passou-se a levar em conta a arte folclórica, antes suprimida pelo academismo, e essa cultura primitiva teve suma importância no movimento. Os modernistas brasileiros, portanto, fundiram as vanguardas europeias artísticas e psicológicas, a psicanálise, e criaram uma voz intelectual que unia o local e o global, o particular e o universal, num processo dialético. Esse processo acendeu um novo tipo de nacionalismo, que se dedica a exaltar diferenças (CANDIDO, 2000b, p. 121). O modernismo foi, assim, “nacionalista, mas não regionalista; universal e não provinciano; revolucionário e não conservador” (MARTINS, 2002, p. 475).

Esse não foi um processo incólume: o conflito interno, estético e político, que se deu entre as influências europeias e esse novo nacionalismo foi latente, manifestado nas revistas e nos manifestos.⁶ O movimento modernista usou sua força para sintetizar dois lados quase opostos da cultura brasileira, quais sejam a

⁶ Os manifestos mais célebres são os de Mário de Andrade (*Prefácio interessantíssimo*, de 1922, e *A escrava que não é Isaura*, de 1924), de ordem construtivista e os de Oswald de Andrade (*Manifesto Pau-Brasil*, de 1924, e *Manifesto Antropofágico*, de 1928), de ordem primitivista. Para revistas, ver 2.3.2.

origem rural, de contribuições variadas (desde o colonizador branco até o escravo negro), e a intelectualidade importada. O problema é que os olhares, dentro do próprio modernismo, para esses aspectos da cultura não eram, naturalmente, convergentes, e causavam várias divergências internas. Tais desavenças ideológicas, “vislumbres da identidade cultural brasileira”, eram propagadas em textos publicados nos manifestos e nas revistas, textos dos mesmos literatos e escritores que propunham novas expressões artísticas. A leitura interpretativa era proposta pelos mesmos autores que propagavam a reforma do gosto: colocava-se uma crítica interna e uma externa nesse sentido (NUNES, 2000, p. 58).

Muitas vezes, as duas eram concomitantes: é a ideia do poeta-crítico, em que a crítica se interioriza na obra ficcional ou poética, evidência da função crítica do escritor, e da proximidade entre as duas figuras (NUNES, 2000, p. 59). Avançando mais nesse sentido: a identificação do poeta-crítico coloca em discussão a própria função do crítico-juiz. Esse fato esclarece o vínculo entre o modernismo e a universidade (que será tema do próximo capítulo desta monografia): o movimento causou um verdadeiro curto-circuito no sistema crítico tradicional (ROCHA, 2011, p. 255).⁷

Pode-se destacar nesse período a presença de intelectuais como Alceu de Amoroso Lima, que adotou o pseudônimo de Tristão de Athayde, denominado “o crítico do modernismo”. Ainda em 1922, ele propôs a doutrina expressionista de crítica. Superficialmente, uma síntese entre métodos críticos já existentes usada para extrair deles as verdades que pregavam teoricamente. Porém, é perigoso defini-lo apenas assim porque se cai numa rede de complicadas denominações: ao passar por um momento dito como *expressionista* da arte brasileira, ele na verdade fez uma crítica impressionista (MARTINS, 2002, p. 483). Sua posição religiosa, de ordem católica, também teria influência na produção crítica das décadas seguintes (MARTINS, 2002, p. 495).

Além da forte expressão poética, é característica dessa geração uma tendência ao ensaio. “Todos esquadrinham, tentam sínteses, procuram explicações”. Esse fervor intelectual propiciou uma reavaliação dos fatores definidores da cultura brasileira, entre eles, a literatura. A década de 1930 reforça aquela tendência ao ensaio, de raízes modernistas e natureza “sincrética”. Nesse período, são

⁷ Para maior detalhamento sobre o assunto, ver 2.3.1.

publicadas obras de Gilberto Freyre, de Sérgio Buarque de Holanda e de Caio Prado Júnior (CANDIDO, 2000b, p. 124).

O modernismo é aparentemente “a tendência mais autêntica da arte e do pensamento brasileiro”. Com ele e a partir do seu amadurecimento, tomaram corpo no país a libertação do academismo e do oficialismo literário, a tendência à reforma social e o desejo de reconhecimento do território nacional. A instalação do Estado Novo, na década de 1930, marcaria o apogeu do modernismo (CANDIDO, 2000b, p. 125).

2.3.1 Crítica conservadora x crítica moderna

Em 1917, Monteiro Lobato escreveu e publicou o artigo “A Propósito da Exposição Malfatti”⁸, considerado um dos mais célebres artigos de crítica de arte do Brasil. No texto, o autor faz severas críticas a uma exposição de quadros modernistas da artista Anita Malfatti, e traz em si pensamentos e reflexões antimodernos (e supostamente conservadores), entre eles, a adoção de critérios de julgamentos preestabelecidos, a constatação de um “período de declínio, de decadência” e a “postulação de que o crítico é representante do público” (COELHO, 2006, p. 12).

Lobato inicia seu texto com nove parágrafos que constroem uma sustentação teórica, e apenas então se refere à exposição de Anita Malfatti. Nessa sustentação teórica há uma preocupação em definir duas espécies de artistas: “dos que veem normalmente as coisas” e “dos que veem anormalmente a natureza” (COELHO, 2006, p. 14-15). Aqui se encaixa um questionamento fundamental para esta monografia: é a função do crítico avaliar as obras por uma medida previamente estabelecida e imutável? Aparentemente não. O raciocínio de Coelho (2006, p. 16) ilustra bem esta situação: “A definição, para ele, reveste-se de mais importância do que a obra. A régua é mais importante do que o objeto”.

⁸ O artigo foi publicado em 20 de dezembro de 1917, no jornal *O Estado de S. Paulo*, e republicado em 1919, sob o título “Paranoia ou Mistificação?”, em uma coletânea de ensaios e artigos de Lobato (CHIARELLI, 1995).

A crítica de Lobato guarda outras características: busca uma autoridade teórica, afirma a necessidade específica de grandes mestres do passado serem seguidos, aproxima a arte necessariamente naturalista da qualidade artística (COELHO, 2006, p. 15-18).

No final do texto, Lobato tece alguns elogios vagos sobre o talento de Malfatti, dizendo que ela é “merecedora da alta homenagem que é ser tomada a sério e receber a respeito de sua arte uma opinião sinceríssima”, numa tentativa de amenizar o seu ataque crítico (COELHO, 2006, p. 49).

A questão é mais profunda: antes mesmo da crítica de Lobato, Malfatti já havia iniciado um processo de retomada da arte tradicional, desligada das vanguardas, e o ataque que veio a seguir, por parte do grupo modernista, parece desproporcional. Em 1920, Menotti Del Picchia foi o primeiro a contra-atacar Lobato ao chamá-lo, devido a este artigo, de injusto, cruel, iconoclasta, mau pintor, também em um artigo de jornal.⁹ Segundo Chiarelli (1995, p. 24-25), era uma tentativa do grupo modernista de aliciar Lobato, convencê-lo a reconhecer seu suposto erro, esforço que não se resolveria.

Isso porque Monteiro Lobato era, de fato, um crítico de arte respeitado em seu período, “engajado num projeto de arte brasileira”, vinculando-a ao naturalismo. O caráter militante e dissidente da linguagem de Lobato rompeu com o *status quo* paulista, que a partir da década de 1920 seria ocupado pelo próprio modernismo. “Suas propostas de uma arte nacional serviram de base para que o intelectual [...] expandisse sua visão para um projeto que retirasse o Brasil de seu atraso” (CHIARELLI, 1995, p. 43).

A partir da Semana de 22, os historiadores do modernismo, especialmente Mário de Andrade, passam a vincular a imagem de Lobato à pintura, e a desautorizar de maneira profunda a sua crítica de arte. Tudo isso como uma tentativa de construir a “história ideal do modernismo”, a fim de aparar as arestas e não expor fragilidades do movimento (CHIARELLI, 1995, p. 27). Por isso, é importante pensar nessa questão se livrando de “preconceitos cristalizados” em relação à crítica de Lobato.

De qualquer forma, esse embate, para Rocha (2011, p. 254), é o grande exemplo do problema: “o declínio da crítica judicativa”, ou seja, quem estava sob

⁹ Artigo publicado no *Correio Paulistano*, em 20 de novembro de 1920 (CHIARELLI, 1995, p. 25).

ataque (ou sob contra-ataque) era a própria figura do crítico como juiz, mediador. As reações à crítica de Lobato, lideradas por Oswald de Andrade, acabaram por servir de ponto de apoio para a própria concepção da Semana de Arte Moderna (ROCHA, 2011, p. 256).

Aqui há também uma análise possível fundamental para a discussão desta monografia: a grande novidade da crítica universitária (que será tema do próximo capítulo) esteve na aceitação condicional das rupturas propostas pelo modernismo. “Esse aspecto é mais importante do que o pretendido abismo entre rigor científico e impressionismo diletante, em tese o fundamento da batalha da cátedra contra o rodapé” (ROCHA, 2011, p. 272), isso porque, em princípio, como visto, houve um quase esquecimento dos movimentos do grupo modernista.

Pode-se colocar a aceitação do modernismo, e a sua consagração, na conta da crítica universitária, como um dos seus feitos positivos, a partir da década de 1960 (ROCHA, 2011, p. 285). Já dá para perceber que o estabelecimento da crítica universitária encontrou um paralelo histórico importante na assimilação do movimento modernista pelos meios intelectuais brasileiros. “[...] a cátedra e o modernismo compartilham afinidades eletivas fundamentais e, na formulação do projeto institucional da cátedra, os ideais estéticos modernistas desempenharam um papel de grande relevância” (ROCHA, 2011, p. 294).

Retomando aquela ideia do poeta-crítico, como visto, pode-se afirmar que a crítica de rodapé, feita em jornal, não dispunha dos meios necessários para entrar em embate com o escritor que, ele mesmo e dentro da própria obra, desempenhava o papel de crítico da tradição e da própria obra. “A cômoda divisão de tarefas entre criadores, de um lado, e críticos, de outro, entrou em colapso, levando consigo o esteio da crítica de rodapé”. Essa capacidade poderia ser adquirida nos cursos de Teoria da Literatura, cujo objetivo, em tese, seria a “investigação dos elementos propriamente literários de um texto determinado” (ROCHA, 2011, p. 295).

Com essas informações, é possível inferir que o movimento modernista teve um papel fundamental e decisivo no tema principal desta monografia, que será estudado no próximo capítulo. A conclusão é a seguinte: os primeiros críticos universitários, das duas gerações seguintes ao modernismo de 22, legitimaram as conquistas do movimento com os instrumentos técnicos e teóricos que passaram a dominar, isso em contraposição à má aceitação que teve o modernismo por parte da

Geração de 45, que fazia sua militância crítica nos jornais.¹⁰ Esse alinhamento às questões modernistas pode ser uma interpretação menos inocente da ruptura que ocorreu entre cátedra e rodapé, e foge da “autoindulgência” com que muitos críticos universitários ainda tratam a questão. Ainda, e apenas para reforçar, “determinados praticantes da crítica de rodapé possuíam um domínio seguro das mais modernas técnicas de interpretação disponíveis à época: entre outros, [...] Sérgio Buarque de Holanda, Sérgio Milliet, Antonio Candido” (ROCHA, 2011, p. 297).

Feita esta discussão, de antemão já se pode tomar os fatos descritos no próximo capítulo com o rigor necessário para não cair na armadilha da simples dicotomia e na simplicidade de um debate desta natureza.

2.3.2 As revistas no modernismo e o exemplo da *Revista do Brasil*

As revistas no Brasil trazem impactos sociais e culturais desde a Primeira República, quando se inicia o processo de comunicação de massa no país. Pela linguagem simples e mais efêmera do que a do livro, a revista representa um discurso em constante aprimoramento, reflexivo. Diferente do jornal, a revista não atribui a si a necessidade de capturar a atualidade imediata, mas sim para refletir sobre ela: pretexto latente do modernismo, as revistas tornaram-se grandes polos atrativos para intelectuais, escritores e críticos de todas as épocas (VELLOSO, 2010, p. 43). Foi em revistas que nomes como Machado de Assis e Guimarães Rosa publicaram suas primeiras tentativas literárias (WERNECK et al., 2000, p. 110).

Como visto, o processo dialético do modernismo não é claro e livre de polissemias. As revistas — e as críticas literárias que elas veiculavam — colocaram-se então como “lugar estratégico na construção, veiculação e difusão do ideário moderno”¹¹ (VELLOSO, 2010, p. 49).

¹⁰ Também não se deve tomar a diferenciação por dicotômica: apesar de muitos críticos de rodapé terem recebido com elogios a estética modernista, “foi tarefa dos bancos universitários a incorporação do modernismo como um método de estudo que implicava uma abordagem teórica de valorização da linguagem e uma forma crítica de análise de formação da cultura nacional” (ROCHA, 2011, p. 314).

¹¹ A primeira revista modernista foi *Klaxon*, lançada três meses depois da Semana de Arte Moderna, por Mário de Andrade e Guilherme de Almeida. A revista teve nove edições publicadas. (WERNECK et al., 2000)

Há muito de urbano no debate modernista: transformações tecnológicas e industriais refletem na cidade um impacto social importante, fato que os intelectuais passam a levar em conta em suas próprias reflexões e produções. No Brasil, as ideias da modernidade e os seus embates com a subjetividade e com a vida mental encontraram força entre os intelectuais, e destacam-se aqui dois deles, que se utilizaram de revistas e de críticas literárias para promover um debate que além de crítico e jornalístico, em algum sentido, é sociológico: Sérgio Buarque de Holanda e Prudente de Moraes Netto (VELLOSO, 2010, p. 53).

Sob a égide de duas revistas, a *Estética* e a *Revista do Brasil*¹², eles tornaram público um debate formador do modernismo brasileiro e carregaram uma perspectiva bastante própria sobre a nacionalidade, “um espaço de experimentações” (VELLOSO, 2010, p. 54). Consideravam o modernismo um “estado de espírito”, colocando-se assim como antiacademicistas enfáticos, chamando atenção para os “desdobramentos concretos na vida cultural”. Colocaram em contato a intelectualidade com a vida urbana, num processo de reavaliação crítica da função organizadora do movimento e das vanguardas. A crítica interna, conforme referido nas seções 2.3 e 2.3.1, se fazia em parte dentro das revistas da dupla, por exemplo, num longo processo dialético com Mário de Andrade (VELLOSO, 2010, p. 65).

Chamando-os em sua correspondência por amigos, Mário de Andrade elogia Sérgio Buarque e Prudente de Moraes quando estes colocam o modernismo na condição de “estado de espírito”. Para Andrade, ambos apresentam “uma profunda aptidão para o exercício da crítica literária, tendo percepção aguda do movimento”, e esse desvinculamento do modernismo dos seus aspectos formais e acadêmicos representa uma quebra fundamental para ele.

Diz Mario de Andrade: “Acho que estão com a razão. Eu por mim não sou mais modernista, sou moderno. É a minha maior conquista de mim”. É o ponto colocado em dúvida a seguir, o embate entre moderno e modernista. Em 15 de outubro de 1926, Sérgio Buarque de Holanda publica o artigo “O lado oposto e os outros lados”, na *Revista do Brasil* (VELLOSO, 2010, p. 66-67).

¹² A *Revista do Brasil* foi uma propriedade de Monteiro Lobato entre 1918 e 1925. Lobato comprou a publicação criada por Júlio de Mesquita, dono do jornal *O Estado de S. Paulo*, e a fez sustentável financeiramente. Depois disso o comando passou para Sérgio Buarque de Holanda e Prudente de Moraes (REVISTA NO BRASIL, 2000, p. 120).

Este artigo, que serve como uma boa ilustração para o tema desta monografia, retoma as críticas ao modelo construtivista do modernismo brasileiro e aos seus estatutários canônicos: Ronald de Carvalho, Guilherme de Almeida e... Mário de Andrade. O cânone modernista defendia o esclarecimento de conceitos teóricos sobre a produção artística, ou seja, uma sistematização (construtivista) do conhecimento. A principal discordância de Sérgio Buarque se dava na questão do tempo hábil para a concretização deste projeto. Ele retomava a questão da liberdade de experimentação em primeiro plano, acima portanto do “anseio de construção”, e nesse ponto em confronto com Mário de Andrade (VELLOSO, 2010, p. 68).

Outro confronto foi estabelecido com Tristão de Athayde, reconhecido como o “verdadeiro teórico do construtivismo”, militante católico. Sérgio Buarque coloca-se como primitivista, contrário ao posicionamento de Athayde, alinhando-se nesse sentido a Oswald de Andrade, reforçando mais uma vez o experimentalismo como via mais adequada para a produção artística, crítica e analítica da sociedade brasileira. Ao mesmo tempo, debate e critica a atitude “intelectualista” presente nestes pensadores. Atitude que Mário de Andrade defenderia em suas críticas na revista *Estética* (VELLOSO, 2010, p. 69).

Essa dicotomia também ocupa um caráter importante no debate modernista e um lugar de destaque nas críticas da época: “o lugar do intelecto e das emoções no campo do conhecimento”. Essa postura crítica seria uma base comum aos textos publicados nas revistas de Buarque e Moraes (VELLOSO, 2010, p. 73).

Toda essa discussão se faz importante para evidenciar um caráter diretamente relacionado à crítica literária periódica na época do modernismo (décadas de 1920 e 1930): a crítica como definidora, ou antes, debatedora do grande movimento intelectual e artístico corrente. Era nas páginas das revistas e dos jornais, em textos críticos, artigos, entrevistas, que acontecia uma reflexão sobre a atualidade e sobre a literatura produzida. Fica claro o importante papel que a crítica literária exerceu.

3 O RODAPÉ E A UNIVERSIDADE

A crítica de rodapé surgiu na primeira metade do século XX, num momento em que a imprensa brasileira já tem o processo de recebimento dos intelectuais praticamente fechado. Porém ainda não há especializações teóricas bem definidas, o que garante o espaço do jornal como dominante no que se refere à publicação de críticas literárias e de arte em geral. Boa parte dos livros de crítica editados na época eram reuniões de artigos previamente publicados na imprensa (PONTES, 1998, p. 49).

Um dos destaques da época — que mais tarde protagonizaria o primeiro embate significativo entre crítica da imprensa e crítica universitária — foi Álvaro Lins, um “homem de letras”. As colunas assinadas por Lins, e que fizeram escola, caminhavam entre a crônica, o noticiário e a impressão, num tom “subjetivo e personalista”, e costumavam influenciar preferências do público leitor (NINA, 2007, p. 24).

O espaço do rodapé era bastante valorizado, e o depoimento de Antonio Candido ilustra bem alguns fatores:

A tarefa do ‘crítico titular’ consistia em fornecer semanalmente, sobre livros do momento, um comentário que ocupava toda a parte inferior de uma das páginas internas, o ‘rodapé’ (antigamente ‘folhetim’), subordinado a uma rubrica geral invariável, que dava nome à secção e vinha impressa acima do título de cada artigo (CANDIDO apud ROCHA, 2011, p. 12).

O papel do crítico já era fortemente marcado pela mediação cultural. Entretanto, o caráter estrutural dos rodapés pouco mudou desde o início do século: ainda não existiam teorias literárias estabelecidas no país tampouco faculdades de Letras que dessem conta do recado (NINA, 2007, p. 24).

No entanto, esse cenário vai sofrer uma grande transformação na década de 1940, com o estabelecimento das faculdades de filosofia e letras, que buscaram uma “visada mais acadêmica no tratamento da literatura” (PONTES, 1998, p. 101). Como se analisará a seguir, Álvaro Lins e Afrânio Coutinho tiveram um papel bastante importante nesse movimento, embora é claro fossem apenas dois personagens de uma agitação mais ampla.

3.1 EMBATE: LEITURA TRADICIONAL

O esclarecedor artigo “Rodapés, tratados e ensaios: a formação da crítica literária brasileira moderna” (1993), de Flora Süssekind, coloca em evidência, numa progressão temporal, a tensão crescente entre a crítica de rodapé e a cátedra. Isto é, entre a crítica feita pelo “homem de letras”, em que o jornal era o veículo privilegiado de reflexão; e o modelo ligado à especialização acadêmica, do crítico universitário, que se expressaria também pelo livro, mas especialmente pela cátedra, a seus pares. A querela entre Afrânio Coutinho e Álvaro Lins é mais uma vez destacada como exemplar.

A crítica de rodapé foi o modelo triunfante da primeira metade do século XX no Brasil, especialmente nos anos 1940 e 50, e a ela são intrínsecas algumas características: a não-especialização dos seus realizadores, a ligação com a imprensa periódica, a “oscilação” entre crônica e noticiário, “o cultivo da eloquência” (dedicada a convencer leitores), a adaptação ao ritmo industrial e demais peculiaridades do jornalismo. Álvaro Lins costumava se dizer “diretor de consciência” de seu público, principalmente devido à grande difusão das suas críticas. Outra característica da crítica de rodapé é o acompanhamento cotidiano do mercado editorial (SÜSSEKIND, 1993, p. 14-15).

Os nomes que exerceram a crítica de rodapé constituem um rol impressionante e um conjunto que colaborou na definição de toda a intelectualidade brasileira no século XX. Entre eles, Antonio Candido, Tristão de Ataíde, Sérgio Milliet, Otto Maria Carpeaux, Mário de Andrade, Sérgio Buarque de Holanda, Wilson Martins, Nelson Werneck Sodré, além do próprio Álvaro Lins, denominado por Drummond como “o imperador da crítica brasileira entre 1940 e 1950”.

Exatamente neste período é que se inicia a polêmica que sedimentaria os rumos da crítica literária brasileira, entre os antigos “homens de letras”, defensores do impressionismo e do autodidatismo, e de outro a geração de críticos oriundos das primeiras faculdades de Filosofia do Rio de Janeiro (1938) e São Paulo (1934), interessados sobretudo na especialização acadêmica (SÜSSEKIND, 1993, p. 15).

Como a polêmica se abrigou sobretudo nos jornais, conviveram por um tempo dois tipos distintos de crítica literária nas páginas dos periódicos. “O que se inicia é uma mudança nos critérios de validação daqueles que exercem a crítica

literária”, ou seja, o processo passa a exigir, para o exercício da crítica, um intelectual que extrapola as funções e competências do jornalista e do cronista. O lugar da crítica começa a mudar.

Desta forma, a crítica passava de um “acontecimento social” para um modelo universitário, especialista: é a passagem do “crítico-cronista ao crítico-*scholar*”, que tem por habitat não mais o jornal, mas sim a universidade¹, pois “foi no final dos anos 40 que os resultados do labor universitário se fizeram sentir” (MOTA apud SÜSSEKIND, 1993, p. 16).

Ocorreria então um fenômeno praticamente canibalesco nos jornais: os *scholars*, então colaboradores da imprensa cultural e literária, manifestariam nela os fatores que aos poucos tirariam autoridade dos “homens de letras” que faziam crítica. O próprio Álvaro Lins recebeu com entusiasmo a revista *Clima*², organizada por egressos da USP (entre eles, Antonio Candido), ou seja, a mesma geração que “seria responsável pela perda gradual de poder literário de intelectuais como ele [Álvaro Lins]”. A geração que, segundo o próprio Antonio Candido, era de “críticos, críticos e mais críticos”: os *scholars* (SÜSSEKIND, 1993, p. 17).

Neste fenômeno, o que estava em jogo eram, antes do destino da crítica de rodapé, as regras que passariam a dominar sobre a produção de crítica literária como um todo.

Como exemplo, é possível citar uma pequena polêmica dada entre Oswald de Andrade e Antonio Candido: numa crítica a *Serafim Ponte Grande*, no jornal *Folha da Manhã*, em 1943, Candido diz, entre outras coisas, que a postura personalista que Oswald impunha às suas relações literárias interferiria no juízo sobre a obra do próprio Oswald. Em resposta, num artigo intitulado “Antes do Marco-Zero”, Oswald critica a linguagem *in-folio* do professor Candido, ironizando sua dicção universitária. É também nesse artigo que Oswald de Andrade cunha o termo “chato-boys” em denominação ao grupo de Candido. Talvez inconscientemente, Oswald ataca justamente o que diferenciaria Candido e os outros *scholars* da então crítica vigente (SÜSSEKIND, 1993, p. 18).

¹ Para um painel mais preciso sobre a universidade, ver 3.2.

² Um estudo completo sobre os intelectuais e críticos do “Grupo Clima” é PONTES, Heloisa. **Destinos mistos**: os críticos do Grupo Clima em São Paulo (1940-68). São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

A especialização, portanto, implicou restrições especialmente nos critérios de reconhecimento da qualificação dos críticos. Mas talvez a questão não fosse apenas uma questão de aparelhamento universitário, como esta passagem de Cândido, num artigo no jornal *Folha da Manhã*, em 1943, deixa claro: “A distinção entre os limites da crítica é uma questão [...] mais cultural do que específica, isto é, depende mais da solicitação que lhe faz o ambiente do que da própria natureza do trabalho crítico” (CANDIDO apud SÜSSEKIND, 1993, p. 19). A especialização poderia, para Candido, surgir de uma “maior complexidade e diferenciação do trabalho cultural de uma sociedade”. Exatamente o contrário do que pregou, por décadas, Afrânio Coutinho (“formação tão ampla e complicada só pode ser adquirida no lugar adequado que são as universidades e faculdades de letras”), especialmente em sua batalha contra Álvaro Lins (SÜSSEKIND, 1993, p. 19).

Na segunda edição das *Notas de um Diário de Crítica* (1963)³, de autoria de Álvaro Lins, há referências e depoimentos que prestam um serviço importante na tentativa de capturar o espírito do crítico. Em um artigo de 1956, publicado nos jornais do conglomerado Diários Associados, recolhido nesta edição do livro, Wilson Martins (um dos maiores *scholars* da literatura brasileira, que insistentemente e quase até o fim da vida publicou em jornais) diz que “certamente” Lins era um impressionista, embora Martins não implique a denotação negativa a este termo, que ao mesmo tempo tentava fazer da crítica um “gênero objetivo”. Que era um “romântico de inspiração e um clássico de execução”, ou seja, “um retrato de antíteses”. Martins coloca que Lins via o problema da arte com perfeição. É ressaltada também uma dedicação honesta à literatura, a maneira de entender o valor pessoal da arte e a tentativa de colocar a crítica como gênero criador, e conclui-se: “Álvaro Lins é o crítico de sua época” (MARTINS, 1963, p. 23).

Ainda nesta edição, há também trechos de um artigo publicado em 1944, no jornal *O Estado de S. Paulo*, por Sérgio Milliet, sobre a obra de Álvaro Lins. Adjetivos como “inteligência lucidíssima”, “nunca dogmático” e “brilhante” são usados por Milliet na tentativa de definir Lins.

Numa de suas anotações críticas, Lins ironiza ferozmente Afrânio Coutinho. “O seu argumento é curioso: o rodapé de crítica não deve existir no Brasil porque ele não existe nos Estados Unidos da América... Qualquer dia acrescentará que deve

³ A primeira edição foi publicada em 1943.

ser abolida a língua portuguesa no Brasil”. E continua, dizendo que o “pobre rapaz” pretende ser “juiz em assuntos de crítica” com a autoridade adquirida apenas por uma passagem por Nova York. E finaliza, sem concessões: diz que Coutinho teria iniciado sua campanha contra o rodapé após o fracasso de um livro que o próprio Coutinho enviou a críticos de rodapé. Lins conclui, equivocadamente, que a iniciativa de Coutinho era uma “atitude de raiva pueril e inofensiva contra a crítica” (LINS, 1963, p. 149).

Coutinho sabia, portanto, com quem ele estava se metendo, alguém da primeira linha da crítica literária da época: desmoralizá-lo seria desmoralizar os próprios mecanismos de validação e qualificação do rodapé. Seu objetivo era claro: ao derrubar o sistema literário vigente, ele abriria espaço para implantar outro em seu lugar, ou seja, transferir a autoridade do jornal para a universidade. Com isso, substituir o crítico com tendência ao impressionismo e à crônica pelo crítico especialista, técnico, o crítico-professor. “Tratava-se, em suma, de substituir o rodapé pela cátedra” (SÜSSEKIND, 1993, p. 20). Vem daí a busca incansável por duelos.

As razões de Coutinho estão resumidas num pequeno artigo publicado pelo próprio na segunda edição do livro *Da crítica e da nova crítica* (1975), que reúne outros artigos publicados nos jornais entre 1953 e 1957, na sua coluna intitulada *Correntes Cruzadas*, no suplemento literário do *Diário de Notícias* do Rio de Janeiro.

Ao fazer um balanço, parcial, é claro, de sua própria luta, Coutinho parece satisfeito com os resultados da empreitada, que começou no ano de 1943, já com algumas aparições suas na imprensa pregando a distinção entre “crítica” e “review”.

Coutinho coloca como as preocupações centrais dos seus artigos “o problema da crítica”, “sua natureza, função e finalidades” e “as teorias e métodos revolucionários que caracterizam o estágio atual⁴ da sua evolução”. Estes métodos estariam transformando todo o fenômeno literário e sua análise desde o início do século XX, derrubando assim preceitos herdados do século anterior (COUTINHO, 1975, p. XII).

A sua certeza era a de que a crítica literária seria um processo intrínseco, ou seja, ela deveria levar em conta caracteres que comunicavam à obra “especificidade artística”, a obra em si. “Essa é a crítica intrínseca, ergocêntrica, operocêntrica,

⁴ O artigo é de 1957.

verdadeiramente estética, literária ou ‘poética’ [...]”. O autor coloca este modelo em confronto com o da crítica histórica e sociológica que dominou o século XIX e XX, como se demonstrou no capítulo 2 desta monografia. O autor se mostra penalizado ao afirmar que devido à força maciça do modelo até então dominante, suas considerações foram muitas vezes polemizadas e mal interpretadas. Em seguida, ele coloca a questão do estudo literário relacionado a outras áreas do pensamento (como a história e a sociologia) também num campo válido, mas diferente da crítica literária. “Esta porfia em desenvolver seus próprios métodos, o que a elevará à categoria de disciplina autônoma” (COUTINHO, 1975, p. XIII).

Outra distinção importante era estabelecida pelo intelectual, no mesmo artigo: como já dito, a distinção entre crítica e *review*, sendo a primeira uma tarefa “escolástica”⁵, que requer pressupostos metodológicos e teóricos, “uma epistemologia e fundamentos filosóficos”; a segunda “é uma forma leve de crítica aplicada, ao mesmo tempo que um tipo de jornalismo”, que buscava recensar e dar algumas informações sobre os livros. Em seguida, o autor ainda ressalta o papel importante da imprensa como plataforma, ao dizer que a diferença não é o lugar em que se publicam uma ou outra, mas sim “espírito e método”, que não se confundiriam. Daí é que se tirariam denominações como impressionista, psicológica, histórica, sociológica, etc.

No cenário literário brasileiro de então, a crítica enfeixada em livros seria identificada como “ensaios”, e a crítica semanal, periódica, publicada em imprensa, seria identificada como “crítica” de fato. A tentativa, segundo Coutinho fracassada, de tentar conciliar a crítica com o *review*, aliada “ao trabalho apressado e aleatório do jornalismo”, foi prejudicial para os estudos literários brasileiros por delegar, com algumas poucas exceções, o trabalho dispendioso da verdadeira crítica literária a jovens despreparados.

“É nas universidades e faculdades, em cursos técnicos de letras, que se adquire tal formação” (COUTINHO, 1975, p. XV). A crítica seria, a partir de então, incompatível com o exercício da imprensa diária, tendo seu destino selado à cátedra, à revista especializada, ao livro. Para o jornal, não sendo possível excluir o livro de suas páginas, restaria então apenas a notícia e o comentário “marginal”. “Apenas isso não é crítica” (COUTINHO, 1975, p. XVI).

⁵ Coutinho ainda coloca como tarefa da crítica “julgar” uma obra.

Contudo, não se pode dizer que Coutinho não via nenhum risco nessa subordinação da crítica à universidade. Esse reconhecimento não deixa de ser uma forma de ver a sua cruzada com olhos menos ingênuos e menos maniqueístas. Ele considerava a subordinação à erudição um grande risco para a crítica literária dentro da universidade, como aconteceu nos grandes centros universitários europeus e norte-americanos. “O que deve predominar é o espírito literário”, portanto, haveria que se ter uma dosagem correta entre crítica e erudição. No mesmo artigo, de 1953, o autor critica a imprensa jornalística, dizendo que eram raros os jornais que dedicavam espaço para a literatura, diferente da época do Império e início do século XX, que cediam espaço a polêmicas de “natureza puramente literária” (COUTINHO, 1975, p. 15-16).

A questão é que a campanha de Coutinho deu resultados: gradualmente, o rodapé perdeu espaço, e a crítica literária passou a ter seu habitat dentro das universidades. Foi uma vitória parcial, ou ambígua: o espaço para os jornais também foi reduzido para os *scholars*, e houve pouca oportunidade de circulação de seu material, via livro ou revista especializada.

Ao mesmo tempo, aconteceu o “auto-confinamento” ao câmpus universitário: tudo isso nos anos 1960, quando há a extinção de suplementos literários com fôlego, e a sua transformação em meras páginas de lançamentos. Em um depoimento, Antonio Candido diz que a colaboração universitária passou a ser mal vista pelos quadros internos dos jornais, “talvez porque perturbasse a mediocridade do repertório generalizado” (SÜSSEKIND, 1993, p. 27).

Percebeu-se, nos anos 1950 e 1960, uma aproximação entre crítica universitária e suplementos nos jornais, mas a partir dos anos 1970, acontece uma virada nesta história: agora, ao invés dos críticos literários olharem com desconfiança os jornais e os rodapés, são os jornais que desconfiam dos críticos literários oriundos da universidade. Um dos grandes fatores foi a regulamentação da profissão de jornalista, em 1969, que entre outras definições, instituiu a obrigatoriedade do diploma para exercício da profissão (não para colaboradores).

Segundo Sússekkind (1993, p. 28), houve críticas frequentes à linguagem (jargão) e à lógica universitária, que quase sempre andavam (andam) em sentido contrário ao do jornalismo. Levantando a bandeira, então, para o próprio jargão, os

jornais passaram a ser menos frequentados por *scholars*, restringindo o público deles.⁶

Essa restrição de público também contribuiu para a consolidação do tratado como linguagem dominante aos críticos literários: como os pares são os grandes recebedores de informação, o jargão se torna uma regra, e deixa de ser problema. Também data do fim dos anos 1960 a grande expansão dos cursos de especialização universitária (pós-graduação), período que se estende até o início da década de 1981 (quando o crescimento passa a ser estável).

De acordo com dados da Capes, citados por Sússekind e referentes a todas as áreas da universidade, “as matrículas na pós-graduação aumentaram 127% entre 69 e 70”, “o número de titulados nos mestrados e doutorados cresceu rapidamente, passando de 261 em 1969 a 5369 em 81”, “o número de programas de pós-graduação aumentou mais do que oito vezes, passando de 125 em 79 a 1021 em 81”. Apesar da conhecida violência ideológica da época, os dados apontam para a importância dada à formação acadêmica no período, assim como para a insuficiência de apenas cursos de graduação (SÜSSEKIND, 1993, p.29).

Ao analisar a conjuntura explicitada neste capítulo, percebe-se que “da tensão entre o crítico-jornalista e o crítico-*scholar* se originou o perfil do crítico moderno no Brasil”. Também se pode levar em conta divergências internas que extrapolaram o âmbito da academia e respingaram na rejeição que os *scholars* passaram a ter dentro dos jornais, como a desconfiança que os teóricos da literatura tiveram no início da década de 1980.

A análise que Sússekind propõe é a seguinte: o crescimento editorial da década de 1980 estimula um também crescimento do espaço que os livros ocupam nas páginas dos jornais, ao mesmo tempo em que desestimula a reflexão crítica mais apurada, uma vez que o objetivo é vender livros, e não criticá-los.

“É de se esperar então, que mais uma vez cresça o poder do crítico-jornalista, do ‘não especialista’”. Concomitantemente, a autora espera um novo embate entre rodapé e cátedra, mas desta vez representado por instituições, e não mais por indivíduos. Instituições que seriam então máscaras de uma “indústria da consciência”, “formas de produção e reprodução de dados”. A proposta é então levada a cargo do crítico-teórico: equilibrar dicção jornalística e modelo do tratado

⁶ Para a transformação pela qual passaram os jornais na época, ver 3.3.

num gênero, que tenha a “vontade de reflexão”, sobre sua própria forma, sobre seus objetos, argumentos e pressupostos, como método crítico possível. Esse gênero seria o ensaio (SÜSSEKIND, 1993, p. 32).

Em um estudo sobre os suplementos literários dos anos 1990, Travancas (2001) entrevistou 36 intelectuais, parte deles ou jornalistas, ou acadêmicos ligados à crítica literária e à literatura. O embate parece continuar, sob argumentos muito parecidos: de que os jornalistas são “especialistas em generalidades”, por um lado, e que os acadêmicos não escrevem para o público do jornal e nem com uma linguagem acessível, por outro (TRAVANCAS, 2001, p. 131).

3.1.1 Despolarização e reflexão crítica

Como se percebe na seção 3.1, a análise tradicional do embate rodapé x cátedra é altamente polarizado. “A discussão ficou tão polarizada nos últimos anos entre a superficialidade das resenhas e o linguajar técnico da crítica universitária, que questões de ordem interna sobre a própria crítica ficaram em segundo plano” (LAMEGO apud ROCHA, 2011, p. 164).

Rocha então propõe uma nova leitura sobre os fatos.

Analisar o processo de ruptura especificamente de São Paulo é um passo inicial. Isso porque o artífice em defesa da universidade, Antonio Candido, era o primeiro a reconhecer o espaço do rodapé (como já visto, plataforma fundamental nos trabalhos do autor). A transição não foi tão traumática, uma vez que o próprio autor, na nota de introdução de seu primeiro livro publicado (*Brigada ligeira*, de 1945), reconhece a plataforma da imprensa e também a relevância de sua contribuição ao debate crítico (ROCHA, 2011, p. 166-168).

Mesmo que anos mais tarde Candido estabeleça uma diferenciação mais nítida entre o exercício da cátedra e o do rodapé, pode-se notar que a ruptura não foi tão violenta.

Voltando ao embate entre Afrânio Coutinho e Álvaro Lins. Ainda em 1953, quando os primeiros artigos de Coutinho já tinham sido publicados, uma edição em livro das colunas de *Correntes cruzadas* foi publicada com elogios de... Álvaro Lins (ROCHA, 2011, p. 175).

Da mesma forma, também é engraçado perceber que o espaço primordial utilizado por Coutinho para os seus ataques foi o jornal. O livro ainda circulava em um espaço restrito, de pouco alcance: o jornal propiciava, desde o início do século XIX, o contato do escritor com o seu público. Ora, “a relação com a imprensa é formadora dos primórdios do sistema intelectual brasileiro” (ROCHA, 2011, p. 177). É por isso que a colocação conflituosa entre cátedra e rodapé esconde uma ironia subjacente, qual seja exatamente esta relação primordial entre o sistema intelectual e o jornal. É verdade que Coutinho pretendia dar nova hierarquia ao sistema da crítica brasileira, “conquistar o poder até então em mãos de não-especialistas”. “Em 1948, ano-chave nessa reconstrução endogâmica da polêmica, onde estariam os ‘especialistas’?” (ROCHA, 2011, p. 180).

A resposta é que eles “ainda não estavam definitivamente em lugar nenhum” (ROCHA, 2011, p. 180). Uma análise de alguns artigos de Coutinho revela que a sua pretensão se coloca, com frequência, no tempo futuro. Para ele, o essencial era criar condições para o surgimento de uma nova instituição. É, afinal, uma impertinência, e estrutura uma tautologia “ao tomar um efeito futuro como uma causa necessária desse mesmo efeito”. Há uma construção heroica em torno da universidade uma vez que foi necessário derrotar uma forma de conhecimento (rodapé) anteriormente estabelecida.

O que acontece é que a cruzada de Coutinho representou antes um lançamento de plataforma, “um esforço pioneiro no sentido de sua efetiva sistematização”, que seria estabelecida definitivamente nos anos 1960, com a inclusão da disciplina Teoria da Literatura no currículo e também com a consolidação do sistema nacional de pós-graduação (ROCHA, 2011, p. 183).

João Cezar de Castro Rocha (2011, p. 203) também faz uma releitura especificamente do ensaio de Flora Sussekind analisado nesta monografia na seção 3.1. Para ele, o trabalho de Sussekind tenta reproduzir a versão bélica do embate entre crítica e rodapé, tomando um dos lados na disputa (evidentemente, no caso, o lado da universidade). Castro Rocha percebe que a autora sistematizou a distinção a partir do ponto de vista da especialização universitária, o que revela uma óbvia redundância e também o caráter deliberadamente unidimensional da sua análise (p. 204).

A questão é que análises como a de Flora Sussekind, além de distorcer um argumento importante (segundo estas análises, a especialização acompanhou o

exato momento da criação dos cursos, quando na verdade a especialização se tornou uma realidade a partir dos anos 1960/70, com os cursos de pós-graduação), elevam este argumento ao ponto de afirmar, desproporcionalmente, que ele acabou de uma vez só com a crítica de rodapé. Essa abordagem impede a análise de fatores externos à consolidação dos cursos de letras em relação ao estudo do declínio do rodapé (ROCHA, 2011, p. 208).

A campanha de Coutinho também teve uma recepção um pouco mais difícil do que a narrativa tradicional reconhece. Por exemplo, o ilustre filólogo Antônio Houaiss escreveu um artigo ressaltando falhas na argumentação de Coutinho (entre elas, a pouca conceitualização real de literatura), e apontando o excesso de dogmatismo e agressividade. Igualmente, o crítico português Adolfo Casais Monteiro apontou uma “divergência teórica” importante na argumentação de Coutinho: “Tudo se esclareceria se Afrânio Coutinho deixasse de admitir que as categorias *objetivo* e *subjetivo* podem aplicar-se a uma distinção entre dois tipos de crítica” (MONTEIRO apud ROCHA, 2011, p. 210).

Coutinho não teria percebido a impossibilidade “de dissociar ato crítico e impressionismo, ou seja, percepção subjetiva de uma obra determinada”. Wilson Martins também apontou essa impossibilidade (num congresso em 1961), assim como Eduardo Portella (1958).

Conclui Castro Rocha:

[...] a oposição binária entre subjetividade e objetividade, impressionismo e método, havia perdido o valor estratégico de arma de combate e revelava-se uma opção simplificadora, como em geral os esquemas binários o são. Curioso é que a narrativa dominante ainda hoje reproduza sem questionamento aquela oposição (ROCHA, 2011, p. 211)

A questão é que os autores de crítica de rodapé “atacados” tinham uma formação em humanidades sólida do ponto de vista bibliográfico. Na falta de um sistema de conhecimento institucionalizado, “os críticos de rodapé plasmaram sua visão de mundo à roda da biblioteca” (ROCHA, 2011, p. 225). É necessário compreender que os críticos de rodapé detinham um conhecimento acurado de literatura universal, do qual eles lançavam mão para envolver o público dito “comum”, ou seja, “culto, mas não especialista”, num ambiente deliberadamente mais simples, menos especializado (ROCHA, 2011, p. 227).

Além disso, não é possível afirmar que os críticos de rodapé não emitiam “achados críticos” válidos e duradouros. Rocha (2011, p. 227) cita os artigos de Augusto Meyer sobre Machado de Assis (reforçados por Roberto Schwarz, 1998, como “o ponto alto da crítica machadiana”); a crítica feita em rodapés pelo iniciante Antonio Candido sobre Graciliano Ramos, o que lhe rendeu elogios do autor de *Angústia*; os elogios feitos por Carlos Drummond de Andrade a Álvaro Lins e ao próprio Candido; e também as iluminações feitas por Álvaro Lins sobre as obras de Guimarães Rosa e Nelson Rodrigues.

Também é possível ressaltar a contribuição de Otto Maria Carpeaux, intelectual introduzido no cenário brasileiro por Álvaro Lins, no sentido mais técnico da crítica: o uso de notas de rodapé, citações e bibliografia. O próprio Antonio Candido escreveu, entre 1943 e 1946, uma série de artigos sobre o método (ou a ausência de um) de Lins, e concluiu: “Num futuro não remoto, o seu método surgirá, tendo como característica uma síntese feliz do seu essencialismo personalista e da valorização justa do condicionamento cultural das obras” (CANDIDO apud ROCHA, 2011, p. 231).

Esse levantamento permite afirmar que não se pode explicar os ataques com base numa oposição anacrônica entre “rigor e impressionismo, método e diletantismo” (ROCHA, 2011, p. 231).

3.2 CURSOS DE LETRAS NO BRASIL

Em um contexto histórico e cultural de reinterpretação do Brasil, a Universidade de São Paulo surgiu no início dos anos 1930, a partir de alguns fatores: (1) o próprio movimento modernista, como visto, (2) a atuação de profissionais da educação (que já vinham elaborando o projeto da Escola Nova), que em conjunto com um grupo ligado ao jornal *O Estado de S. Paulo* lançaram as bases da USP, implementadas com (3) a contribuição de intelectuais franceses.⁷

⁷ Uma missão francesa – composta por intelectuais de diversas áreas das Ciências Humanas, como Cláude Levi-Strauss e Roger Bastide – veio ao Brasil como desdobramento do intercâmbio cultural entre Brasil e França na época e também por iniciativa deste grupo de educadores profissionais e profissionais liberais liderados por Júlio Mesquita Filho (então diretor do jornal *O Estado de S. Paulo*) (PONTES, 1998, p. 90)

Pontes (1998, p. 90) considera a contribuição dos intelectuais franceses fundamental para a consolidação das Faculdades de Ciências Humanas na USP, e demonstra que esses intelectuais repassaram a uma importante geração de estudantes brasileiros um modo de pensar que causou verdadeira revolução nas ciências humanas brasileiras. Por exemplo, diz Antonio Candido em entrevista para a autora, sobre Jean Maugué, um dos franceses e professor de Filosofia: “A minha maneira de ver o mundo, de raciocinar sobre o mundo, é, provavelmente, devida a esse professor. Não só eu como toda a minha geração. Maugué nos preparou para refletir sobre a vida” (CANDIDO apud PONTES, 1998, p. 95).

Mesmo com um contexto favorável, a Faculdade de Filosofia da USP passou por dificuldades naturais de implantação: como não havia cursos anteriores no Brasil, o caráter pioneiro da instituição lhe rendeu problemas com a contratação de professores e com o aliciamento de estudantes. Seu primeiro diretor notável foi Antonio de Almeida Prado (pai de Décio de Almeida Prado, que anos mais tarde faria parte do Grupo Clima e seria editor chefe do *Suplemento Literário* do *Estado*), formado médico pela mesma universidade. Uma das soluções encontradas por Almeida Prado para resolver a questão de alunos foi a busca de professores primários comissionados (PONTES, 1998, p. 141-142).

A Faculdade de Filosofia teve em seu embrião o ideal de construir uma nova elite cultural paulistana, que pudesse fazer frente às tradicionais elites políticas e econômicas e também responder às demandas culturais. Boa parte desse projeto não foi cumprida no seu início justamente devido àquelas dificuldades iniciais, embora a situação tenha dado condições para jovens como Antonio Candido e Florestan Fernandes (de origens sociais diversas) ingressarem nos cursos (PONTES, 1998, 143). Segundo o próprio Candido, o principal legado da FFCL foi o pensamento “radical de classe média”, que teria “propiciado uma visão não aristocrática do Brasil”, ou seja, uma visão não conservadora, que pensava em transformações sociais (LORENZOTTI, 2007, p. 32).

Os primeiros cursos de Letras no Brasil foram criados na década de 1930 no âmbito das Faculdades de Filosofia, e mesmo nos casos em que eram separados (como na USP), estas tinham valor mais considerável em relação àqueles.

A USP foi a primeira universidade brasileira a sediar um curso de Letras, e no seu início o currículo era diverso a ponto de ser considerado genérico. Apenas em 1969 a organização do curso passou a ser mais parecida com a organização

atual, em departamentos, com um padrão mais alinhado ao norte americano (ROCHA, 2011, p. 216).

A própria formação do corpo docente atendia a aspectos pouco ortodoxos, e usualmente não atendia à necessidade de especialização proposta pela própria instituição universidade. Esse aspecto era inevitável: num momento de estruturação inicial dos cursos de Letras, não havia como ter formação prévia nessa área. Isso quer dizer que as primeiras gerações oriundas dos cursos universitários brasileiros de Letras ainda estavam afastadas da denominação de *scholar* especializado defendida por Afrânio Coutinho, fator reconhecido pelo próprio Coutinho em um artigo de 1957.⁸

O fato de a formação universitária ter levado algumas gerações para se especializar de verdade, e também o fato de Coutinho reconhecer esses aspectos, são elementos importantes da análise proposta por esta monografia. Serve também como reforço no sentido de reafirmar que a campanha de Coutinho contra a crítica de rodapé não carrega simplesmente o caráter dicotômico maniqueísta que a narrativa tradicional apresenta (ROCHA, 2011, p. 219).

Ainda em 1978 Afrânio Coutinho se queixa da formação dos professores universitários da área de estudo: “Muitos denotam uma mentalidade de professor secundário, sem espírito universitário. Esse defeito deverá perdurar por algum tempo [...]”. Ou seja, 30 anos depois de sua investida inicial em favor da Universidade, o próprio Coutinho ainda reforça a necessidade de consolidação do ensino universitário e da especialização do crítico *scholar*. Ele mesmo apenas se tornou professor de nível superior de Letras em 1963 (substituindo a Cátedra de Literatura Brasileira ocupada por Alceu de Amoroso Lima, o Tristão de Athayde) (ROCHA, 2011, p. 221).

Antonio Candido também se tornou professor da área de Letras apenas em 1957 (antes disso, ele era professor assistente de Sociologia na USP), e o seu caminho também não foi linear, a ponto de ele ter cogitado, nesse momento de transição, abandonar a universidade e voltar a se dedicar com exclusividade à crítica de rodapé (ROCHA, 2011, p. 222). Em 1961, Candido iniciou o seu trabalho no

⁸ “Não obstante a crença generalizada no Brasil de que a literatura não se aprende, [...] verdade é que se aprende, seja autodidaticamente, seja tecnicamente na Universidade” (apud ROCHA, 2011, p. 218)

curso de Teoria da Literatura, que passou a se chamar Teoria Literária e Literatura Comparada, curso que ainda hoje “produz frutos”.

Como visto no final da seção 3.1.1, a tradição crítica brasileira já era grande mesmo antes da consolidação da universidade. Como então legitimar a atividade especializada e acadêmica?

O estabelecimento de um discurso de crítica literária especializado “supunha o estabelecimento prévio de uma distância estratégica em relação à indistinção discursiva até então dominante” (ROCHA, 2011, p. 235). A referência diz respeito ao papel discursivo (e quase científico) que a própria literatura assumia no Brasil no século XIX e início do XX.⁹ Esse papel discursivo também pode ser atribuído ao próprio jornalismo (por exemplo, com a constatação de que Euclides da Cunha, ao produzir artigos para jornal, deixou uma contribuição significativa para as ciências sociais). O debate entre especialização universitária e exercício de uma ciência, como se percebe, não foi exclusivo da crítica literária.

De qualquer forma, o discurso acadêmico se consolidou, estabeleceu uma linguagem conceitual e rompeu com o texto jornalístico ou ensaístico das décadas anteriores. Os objetos de estudo também passaram por transformações significativas, e, é claro, o método foi estabelecido. Porém, “se a crítica de rodapé perdeu espaço na imprensa, nem por isso a crítica universitária ganhou terreno junto à opinião pública” (ROCHA, 2011, p. 242). Qual é então a contribuição do curso de Letras para o sistema literário?

Dentre as inúmeras possíveis, Castro Rocha (2011, p. 243) destaca duas: “a valorização do trabalho coletivo e a criação de uma linguagem própria”. Esses dois fatores possibilitaram uma nova abordagem do “fato literário”, abordagem que anteriormente era realizada em trabalhos individuais. Nessa linha de raciocínio, é “irrelevante” a crítica à linguagem hermética de professores universitários e críticos acadêmicos. O autor exemplifica comparando com médicos e advogados: “Nenhum médico é condenado por empregar termos técnicos ao determinar um tratamento. [...] Sem dúvida, certos professores redigem ensaios impenetráveis, e não porque sejam complexos, mas simplesmente por serem mal-escritos” (ROCHA, 2011, p. 244).

⁹ A referência bibliográfica do autor, nesse caso, é Antonio Candido e o seu *Literatura e Sociedade* (1965).

3.3 JORNALISMO: PROFISSIONALIZAÇÃO E ACADEMIA

Outro fator fundamental para entender as transformações pela qual a crítica literária feita para jornais passou é o fato de que o próprio jornalismo sofreu alterações significativas na metade do século XX.

Apenas em 1930 há alguma movimentação legal no sentido de regulamentar a atividade jornalística no Brasil. O presidente Getúlio Vargas assinou um decreto determinando a expedição da carteira de jornalista para os empregados em jornal. Três anos depois, os sindicatos ganham status de entidades colaboradoras do Departamento Nacional do Trabalho. Entre os anos de 1937 e 1946 houve um processo de renovação do âmbito trabalhista no país, e o jornalismo também passou por ele (BAHIA, 2009, p. 412).

Em 1938, por exemplo, o Decreto 910 “dispõe sobre a duração e condições no trabalho da imprensa”, mas é apenas em 1969 que a definição jurídica que entendemos atualmente é formalizada, com o decreto-Lei 972, de 17/10/69¹⁰, o mesmo que até 2009 previu a obrigatoriedade do diploma de jornalismo para exercício da profissão.

As primeiras faculdades de Jornalismo do mundo ocidental datam de 1869, nos Estados Unidos. França, Alemanha, Espanha e Itália começam a investir no ensino de jornalismo a partir de 1919. No Brasil, o primeiro curso de Jornalismo é criado em 1943, subordinado à Faculdade Nacional de Filosofia, mas só passa a funcionar em 1946. Em 1947, é instalada em São Paulo a Escola de Jornalismo Cásper Líbero, e a partir de então “cresce o interesse pelas escolas de jornalistas, que passam a figurar nos temários de conferências e congressos de classe” (BAHIA, 2009, p. 415).

Há nesse início uma “visão estritamente profissionalizante” na formação do jornalista, em seguida corrigido para que o jornalista passasse a ganhar conhecimento sobre a produção da notícia, e não do jornal físico em si. A partir de 1950, as escolas de jornalismo passam a constituir faculdades próprias,

¹⁰ O artigo que prevê tal obrigatoriedade foi derrubado em 2009 pelo STF. Bahia (2009) tem uma posição muito clara sobre o assunto: reserva de mercado em detrimento da qualificação da própria escola de jornalismo.

desvinculadas dos cursos de Filosofia, fator que gera impulso para os estudos de Comunicação no país até meados dos anos 1970.

A relação entre o mercado de trabalho e as escolas, porém, não é das mais amigáveis. A reação é “irrealista” por parte dos veículos, desinteressada; eles são obrigados por lei a abrigar a mão-de-obra “quase sempre despreparada” formada nas escolas de Jornalismo. Essa relação passa a ser mais bem cuidada na segunda metade da década de 1980, quando os grandes jornais começam a cooperar com as universidades (BAHIA, 2009, p. 417).

Data do mesmo período, metade do século XX, o início da modernização e profissionalização da imprensa no país. Um dos passos iniciais nesse sentido é a desvinculação do jornalismo do campo literário: os profissionais, especialmente os mais novos, passam a construir um novo marco fundamental para o jornalismo, com base na “mítica da objetividade”.

Aliada à modernização gráfica e editorial, essa mítica coloca o jornal como centro de enunciação oficial da própria realidade, ou seja, há uma reformulação (ou reafirmação) dos próprios papéis institucionais da imprensa no país. Esse processo passa pelo imaginário dos próprios jornalistas, que por meio de diversos discursos (como o acadêmico, por exemplo) idealizam a profissão, e rompem com os paradigmas antigos (BARBOSA, 2007, p. 150).

Os jornais passam a priorizar “um conteúdo enfeixado pela ideia de imparcialidade”, a se focar nos critérios de lide e edição, com a padronização da linguagem promovida pela implantação dos *copy-desk*, tudo isso com o objetivo de se afirmar como “o espaço da neutralidade absoluta”. Apesar disso, a carga opinativa continua presente nos jornais (BARBOSA, 2007, p. 151).

Essa mítica é representada por três jornais de menor tiragem no Rio de Janeiro: *Diário Carioca*, *Tribuna da Imprensa* e *Jornal do Brasil*. Esses jornais seriam responsáveis pela implantação do sistema de lide e demais normas reunidas em manuais de redação. Porém, não é possível colocar a década de 1950, quando essas mudanças são consolidadas, como momento de ruptura, mas sim como auge de um acúmulo que vinha desde o início do século. É a partir desses modelos de profissionalização que a identidade do jornalista é estabelecida no país (BARBOSA, 2007, p. 158).

O jornal *O Estado de S. Paulo*, que terá o seu *Suplemento Literário* estudado na próxima seção desta pesquisa, também passou por uma reforma, conduzida pelo

secretário de redação Cláudio Abramo, a partir de 1952. O jornalista define a reforma do *Estado* como a maior já feita no jornalismo brasileiro, “porque mudou tudo e conseguiu manter, durante anos, um noticiário o mais possível ‘objetivo’” (LORENZOTTI, 2007, p. 39).

É muito fácil recuperar aqui a reflexão de Silviano Santiago mencionada na introdução desta pesquisa: “A história da imprensa escrita na sociedade ocidental é a história da sua desliteraturização” (SANTIAGO, 1993, p. 12).

Isso tudo quer dizer que “a especialização discursiva também se impôs na grande imprensa”, num processo praticamente concomitante à especialização discursiva da própria universidade. Esse fato apenas reforça a crítica à visão dicotômica entre rodapé e academia, no sentido de que a batalha iniciada por uma parte da universidade tinha aliados dentro da própria instituição “imprensa”: grupo que deslocou a literatura do jornal e também “do próprio centro da vida cultural” (ROCHA, 2011, p. 343). Ou seja, a especialização discursiva da imprensa, em direção à objetividade, também se afastava, ela mesma, da crítica literária.

3.4 JORNAIS E SUPLEMENTOS

A proposta desta seção é demonstrar a lógica dos suplementos literários, tomando o *Suplemento Literário de O Estado de S. Paulo* como exemplo (ver 3.4.1). Por excelência, os suplementos foram o maior espaço da literatura nos jornais brasileiros do século XX, assim como o espaço em que a dicotomia academia x rodapé chegou mais perto de ser superada (ROCHA, 2011, p. 359).

A partir, inicialmente, da cruzada levantada pelos *scholars*, Silviano Santiago (1993) verificou a existência de duas soluções para o problema da literatura na imprensa tradicional não especializada.

A primeira dela diz respeito aos suplementos literários.

Sobre a lógica do suplemento, diz o autor: “Complemento é parte de um todo, o todo está incompleto se falta o complemento. Suplemento é algo que se acrescenta a um todo. Portanto, sem o suplemento o todo continua completo” (SANTIAGO, 1993, p. 14). A literatura, então, passou a ser o “algo a mais”, que iria preencher o fim de semana (os suplementos eram publicados nos sábados e

domingos), e os suplementos carregam uma lógica burguesa por isso: a *hard news* dia de semana, a contemplação da literatura nos fins de semana.

Ainda neste raciocínio, o suplemento se torna cada vez mais exclusivo, no próprio sentido de ser suplemento, tornando o seu descarte algo sem prejuízo. Existem outros suplementos além do literário (infantis, turístico, econômico), e por isso, antes de serem espaços privilegiados de “contemplação”, eles passam a dividir profissionais e públicos do jornal. “Existem os leitores do jornal”, continua Santiago, “existem os leitores do suplemento. Aqueles são multidão, estes são alguns amadores” (SANTIAGO, 1993, p. 15).

A contribuição positiva dos suplementos teria sido, por outro lado, o abrigo da geração sem formação acadêmica (anterior à criação dos cursos de Letras ou Jornalismo) oriunda do rodapé. Sérgio Milliet, Álvaro Lins, Otto Maria Carpeaux e Brito Broca são os exemplos citados, que continuariam a enriquecer o debate de ideias, divulgar novas experiências literárias, “com uma escrita criteriosa e opinativa” (SANTIGO, 1993, p. 14-15).

A segunda solução constatada por Santiago para o problema da separação entre literatura e jornalismo foi a criação, posterior, do “segundo caderno”. Neste, o escritor vira notícia e a literatura passa a ser difundida no meio de outras formas de arte e variedades (SANTIAGO, 1993, p. 15).

Apesar de considerar as soluções positivas, o autor afirma que a partir delas houve uma neutralização da “contribuição ensaística do escritor” e uma pasteurização da crítica, porque o trabalho primordial do jornal passou a ser, fundamentalmente, de divulgação e informação (SANTIAGO, 1993, p. 15).

Conforme visto na seção 3.3, nos anos 1950 a imprensa brasileira gradualmente perdeu suas características combativa, doutrinária, opinativa e crítica (de ascendência francesa) em favor de alterações profundas de discurso e conteúdo: a linguagem passou a se pretender objetiva, a notícia passou a ocupar mais espaço, inovações técnicas de diagramação e produção de conteúdo e até mesmo novas formas de gerenciamento de jornais foram implantadas e aperfeiçoadas (características de ascendência norte americana) (ABREU, 1996, p. 15-16).

Na época, ocorreram mudanças significativas em toda a cadeia produtiva brasileira: a substituição de importações levantou a necessidade de uma produção industrial mais acelerada, momento no qual o Estado passou a buscar uma função

empresarial, que pretendia a “planificação do desenvolvimento”. A exigência, então, de cargos com formação técnica e administrativa alterou o contexto de influência do campo intelectual: a presença em grande escala dos tecnocratas aos poucos ofuscou a presença dos intelectuais humanistas. Ao mesmo tempo, e em diferentes escalas, os setores da cultura passaram a se adaptar ao momento, iniciando a configuração de uma indústria de bens culturais (a editoração entre esses setores). A imprensa, igualmente, deixou de depender de incentivos do Estado ou de publicidade amadora, e passou a obter sua subsistência da indústria publicitária (ABREU, 1996, p. 16).

Mas também é nesse momento que quase todos os grandes jornais diários abrigam um suplemento literário, ou no mínimo uma seção dedicada aos livros.¹¹ Alguns deles tiveram vida irregular, e as dificuldades que enfrentavam eram diversas, advindas da industrialização do jornalismo e da crise do papel (ABREU, 1996, p.18).

Apesar disso, os suplementos foram por vários anos pontos de discussão e de encontros intelectuais importantes. “Aí se encontravam grupos de amigos, muitos originários de uma mesma região ou cidade; aí se exerciam influências, se manifestavam antagonismos, rivalidades e ocorriam cisões” (ABREU, 1996, p. 23). Esses grupos intelectuais que compunham as páginas dos suplementos eram formados por escritores, poetas, cronistas, ensaístas, historiadores e críticos. O jornalista também aparece nos suplementos, mais raramente. É neste momento que começa a se perceber nas redações brasileiras o “profissional da imprensa”, ou seja, o jornalista egresso das faculdades de jornalismo (ABREU, 1996, p. 27).

Em relação aos temas, o literário era sempre predominante. Mas temáticas como a história do Brasil, o folclore e o regionalismo, além de artes plásticas, tanto em forma quanto em discurso, também eram presentes nos suplementos. Em um momento mais avançado no tempo, a política, por meio dos assuntos literários, passa a se tornar decorrente nos suplementos, até pelas transformações políticas pelas quais o país passou na década de 1960 (ABREU, 1996, p. 33).

Mas a principal questão que realmente importa para esta pesquisa relacionada aos suplementos é que eles constituíram uma experiência memorável

¹¹ Para citar exemplos, Abreu lista: no Rio de Janeiro, *Jornal do Comércio*, *Jornal do Brasil*, *Diário de Notícias*, *Correio da Manhã*, *O Jornal*, *Diário Carioca* e *A Manhã*; em São Paulo, *O Estado de S. Paulo* e *a Folha da Manhã*; em Belo Horizonte, *O Estado de Minas* (ABREU, 1996, p. 19).

de aproximação entre crítica literária acadêmica e crítica literária de rodapé. Rocha (2011, p. 359) afirma que foi em suplementos literários que as dicotomias discutidas em toda esta seção foram “superadas em favor de uma prática crítica mais complexa e porosa”. Esta prática foi objeto de teorização de um autor específico, que seria ainda o grande mentor de um dos suplementos literários mais importantes da história da literatura brasileira: Antonio Candido e o *Suplemento Literário de O Estado de S. Paulo* (ver 3.4.1).

Em seu estudo sobre os suplementos literários brasileiros e franceses da década de 1990¹², Travancas (2001) afirma que os suplementos passaram por transformações rigorosas ao longo do tempo. No início do século XXI, os suplementos já não são um espaço de crítica literária, mas “predominantemente jornalístico com contribuições mais ou menos frequentes dos acadêmicos”. Assim, o conceito de notícia é o que guia os suplementos mais recentes, e os lançamentos ocupam as páginas dos cadernos (TRAVANCAS, 2001, p. 16).

Igualmente, os suplementos transmitem para os seus colaboradores uma ideia de *status*, prestígio. São comuns os suplementos com receita deficitária, mas mantidos pelos jornais justamente por essa imagem prestigiosa (TRAVANCAS, 2001, p. 36). Há jornalistas fixos, os que colaboram eventualmente e também colaboradores intelectuais, como professores universitários, escritores, cientistas sociais, psicanalistas, artistas plásticos, filósofos. Porém, a maioria das resenhas e textos é assinada pelos jornalistas das redações (TRAVANCAS, 2001, p. 41).

Outro aspecto é que nenhum dos jornais estudados pela autora se denominam suplementos literários, embora tratem sobretudo de literatura. “Há o consenso de que a época dos suplementos literários como espaço privilegiado da crítica literária acabou”, o que reforça a ideia de “desliteraturização” descrita por Silviano Santiago acima. “Há resenhas, reportagens, colunas fixas, seções de lançamentos, colunas de informes gerais, mas pouco que se possa denominar crítica literária” (TRAVANCAS, 2001, p. 46).

¹² A autora analisou com detalhes os suplementos brasileiros *Mais!*, da *Folha de S. Paulo*, e o *Ideias*, do *Jornal do Brasil*.

3.4.1 O Suplemento Literário de O Estado de S. Paulo

O *Suplemento Literário* (SL) de *O Estado de S. Paulo* foi inicialmente projetado por Antonio Candido, em 1956, e dirigido pelo crítico teatral e professor Décio de Almeida Prado, de 1956 a 1966. A partir da edição de 24 de dezembro de 1966, até o fim do suplemento, em dezembro de 1974, o jornalista Nilo Scalzo foi o editor (LORENZOTTI, 2007, p. 10-11).

Até a década de 1950, o *Estado*¹³ tinha em suas páginas crônicas, artigos e crítica literária, mas não necessariamente nas mesmas páginas, ou em seções específicas. Em dezembro de 1952, surgiu a seção dominical *Literatura e Arte*, que além de contribuições de nomes célebres como Carlos Drummond de Andrade e Cecília Meirelles, passou a contar com um noticiário internacional em relação às letras brasileiras, europeias e norte americanas. Uma das características dessa seção era a colaboração de intelectuais ligados à USP, especialmente da área de ciências humanas e sociais. Essa seção foi reformulada por Antonio Candido, que criou então o *Suplemento Literário* (ABREU, 1996, p. 52-53).

Neste projeto inicial, Candido dizia que “o suplemento deve evitar dois extremos: o tom excessivamente jornalístico e o tom excessivamente erudito [...]. O suplemento deve ficar ao meio caminho, sendo bastante flexível para chegar ao leitor médio e ao leitor de nível elevado”. O caderno não deveria ser muito volumoso e contar com colaborações tanto fixas como esporádicas, a fim de criar igualmente uma identidade intelectual e uma variedade de pensamentos. Seria semanal, com quatro páginas do tamanho comum do jornal. A estrutura sugerida por Candido foi mantida (LORENZOTTI, 2007, p. 41).

Entre outras, as seguintes seções comporiam a parte fixa: Rodapé crítico (Wilson Martins); Resenhas (“feitas”, segundo Candido, “por pessoas de responsabilidade, que lerão o livro como o crítico de rodapé o faz”); Letras estrangeiras, Letras dos Estados, Literatura brasileira, Revista das revistas, Atualidade literária e Concurso literário (esta a única seção não mantida) (LORENZOTTI, 2007, p. 42).

¹³ O *Estado de S. Paulo* foi criado em 1875, sob o nome *Província de S. Paulo*, e desde 1885 o jornal é comandado pela família Mesquita, que como visto teve participação importante na fundação da USP, e também, influência positiva na criação do *Suplemento Literário*.

Entre os colaboradores fixos, estavam, além do próprio Candido e de Wilson Martins, Brito Broca, Anatol Rosenfeld, João Cabral, José Aderaldo Castelo, Antonio Soares Amora, e outros. Entre os esporádicos, Candido oferecia no projeto inicial uma lista que abarcava boa parte da intelectualidade ligada às letras no país, em nomes como Carlos Drummond de Andrade, Sérgio Buarque de Holanda, Florestan Fernandes, Dalton Trevisan e Vinicius de Moraes (LORENZOTTI, 2007, p. 42).

Uma das características marcantes do SL era a alta remuneração que pagava a seus colaboradores. De acordo com o depoimento de Candido a Lorenzotti (2007), o SL pagava dez vezes mais que os seus concorrentes. Embora haja controvérsias, o diretor Décio de Almeida Prado disse que havia uma “ciumeira” por parte dos jornalistas do *Estado* em relação à alta remuneração dos colaboradores do Suplemento (LORENZOTTI, 2007, p. 45).

Outra característica foi a autonomia, tanto em relação à publicidade como em relação à própria direção do *Estado*. No primeiro caso, durante os dez anos de gestão de Décio de Almeida Prado, o espaço de publicidade permaneceu o mesmo, e bastante restrito para um veículo (o jornal) que precisa da publicidade para se manter. Em relação à direção do jornal, que possuía um posicionamento mais conservador do que a média da intelectualidade, também não houve qualquer tipo de censura. Numa entrevista à professora Marilene Weinhardt, citada por Lorenzotti (2007, p. 53), Décio de Almeida Prado diz que nunca lhe foi imposto algo no SL, mas ele sentiu que a tensão entre o posicionamento dos intelectuais colaboradores e a direção do jornal aumentava.

É sintomático o depoimento de Leyla Perrone-Moisés, intelectual com profícua produção acadêmica inclusive sobre crítica literária, e que colaborou com o *Suplemento Literário* desde 1958, e a partir de 1961 assumiu uma seção fixa:

Entre nós, nunca mais a imprensa cultural atingiu aquele nível [do SL]. Com Décio, escritor e diretor, aprendi um estilo de jornalismo cultural. Habituei-me a escrever para um público amplo, que busca uma informação de qualidade e não uma especulação intelectual autotélica. Aprendi que ser claro e sintético não é necessariamente ser superficial. Que escrever para jornal deve implicar uma atitude democrática e sedutora. (apud LORENZOTTI, 2007, p. 53).

Em dezembro de 1966, Décio de Almeida Prado deixou a direção do SL, que ficou nas mãos do jornalista Nilo Scalzo, que na época do convite já tinha passado por várias editorias do jornal e ocupava então o cargo de Secretário de Redação.

Em entrevista para Lorenzotti (2007, p. 63), Scalzo conta que, quando assumiu, as seções continuaram, mas os colaboradores mudaram pouco a pouco, e novos modelos foram experimentados, como as traduções. Da mesma forma, a direção do jornal passou a intervir no sentido de transformar o *Suplemento* em uma publicação “mais jornalística”.

Scalzo permaneceu até 1971. Em 1972, Ruy Plácido Barbosa foi designado para a função de editor, quando começaram a se intensificar os problemas do *Suplemento*. Em 1973, Scalzo volta à função e permanece até 1974, ano do fim do SL. Entre os problemas que levaram ao fim do caderno, está a inflação que diminuía de maneira considerável a remuneração dos colaboradores, com ajustes insuficientes; segundo Décio de Almeida Prado, em depoimento a Marilene Weinhardt, houve resistência especialmente por parte dos jornalistas do *Estado*, que consideravam que o *Suplemento* estava pagando muito em relação ao padrão do jornal; as matérias do jornal não eram assinadas, enquanto que os artigos do SL eram; em depoimento a Lorenzotti (2007, p. 65), Antonio Candido considerou que o ciclo do SL se encerrou porque cumpriu sua tarefa.

Tal tarefa pode ter sido a inauguração de um modelo de “relacionamento entre produção acadêmica e divulgação jornalística” (ROCHA, 2011, p. 372). Esse relacionamento fortaleceria a produção intelectual do país, ao, por exemplo, permitir que os autores de artigos de crítica publicados no jornal mais tarde os reunissem em livro. O sistema também anula o argumento de que o jornalismo é efêmero enquanto a produção acadêmica é perene.

Da mesma forma, apesar das dificuldades assinaladas, especialmente dentro do próprio *Estado*, o SL foi publicado por 18 anos e ainda estabeleceu um padrão que seria seguido por outros suplementos posteriores: o padrão de colaboração entre o discurso acadêmico e o discurso jornalístico, o equilíbrio entre informar e formar (ROCHA, 2011, p. 374-375).

4 MOMENTO CRÍTICO: ENTREVISTA COM QUATRO CRÍTICOS LITERÁRIOS

Como explicitado na Introdução desta pesquisa, o método escolhido para esta seção foi o de entrevista em profundidade. Com ele, não se pretende construir algum tipo de estatística, mas sim recolher dados sobre como a crítica literária nos jornais é encarada pelos profissionais que hoje a exercem e quais são as condições em que eles a exercem. Foi escolhida a entrevista de tipo “semi-aberta” (DUARTE, 2010, p. 66), que segue um determinado roteiro. “A lista de questões desse modelo tem origem no problema de pesquisa e busca tratar da amplitude do tema”. A principal vantagem desse modelo é permitir a comparação de respostas, facilitando a assimilação das informações obtidas.

As entrevistas não buscam respostas definitivas, generalizantes para o problema, mas sim uma fonte de informações confiáveis. Para isso, Duarte (2010, p. 68) orienta três passos, que serão seguidos por esta monografia:

1. seleção de informantes capazes de responder à questão de pesquisa;
2. uso de procedimentos que garantam a obtenção de respostas confiáveis;
3. descrição dos resultados que articule consistentemente as informações obtidas com o conhecimento teórico disponível (DUARTE, 2010, p. 68).

Com as entrevistas relatadas a seguir, esta pesquisa tentou buscar entre alguns críticos literários que atualmente estão em atividade nas páginas dos jornais (oriundos da academia e do próprio jornalismo) informações e experiências especialmente no que diz respeito à separação entre academia e jornal relativa à crítica literária.

Como ficou claro no capítulo 3, essa querela teve importância fundamental no curso da crítica de literatura no Brasil, embora a narrativa tradicional e simplificadora, que seria a oposição maniqueísta entre rodapé e universidade, esteja já defasada.

Foram entrevistados quatro críticos literários: Alcir Pécora, Claudia Nina, Miguel Sanches Neto e Sérgio Rodrigues.

Alcir Pécora é professor titular no Departamento de Teoria Literária no Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), possui doutorado em Teoria Literária pela USP, livre-docência pela

Unicamp e pós-doutorado na *Università degli Studi di Roma La Sapienza*. A crítica literária é uma de suas principais áreas de estudo, com diversos livros publicados e organizados em relação ao assunto.

Claudia Nina possui doutorado em Letras pela Universidade de Utrecht (Holanda), e graduação em Jornalismo, tendo atuado em diversos jornais e suplementos literários brasileiros como jornalista e como crítica literária desde 1992. Foi professora visitante da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) entre 2003 e 2006. Atualmente, é colunista da revista *Pessoa* e também escritora de ficção.

Miguel Sanches Neto é professor associado no Departamento de Letras Vernáculas da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), possui doutorado em Teoria e História Literária pela Unicamp. Suas áreas de estudo são, entre outras, crítica literária e revistas literárias. Também é escritor de ficção, com diversos livros publicados, e entre 1993 e 2012 escreveu regularmente críticas literárias e resenhas para jornais e revistas.

Sérgio Rodrigues possui graduação em Jornalismo pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), e desde 1988 atua na área de cultural de diversos jornais e revistas brasileiros. Eclético, também atuou por muito tempo em outras áreas do jornalismo até se estabilizar na área cultural em 2000, quando virou editor do *Segundo Caderno* de *O Globo*. Hoje, além de crítico literário e jornalista, também atua como escritor de ficção e tradutor.

Todos eles publicam (ou publicaram nos últimos anos), periodicamente, crítica literária na imprensa tradicional, embora suas formações sejam distintas. As entrevistas foram realizadas por e-mail e estão na íntegra no final deste trabalho (**Anexo 1**). Com a seleção dos entrevistados se buscou um equilíbrio entre formação acadêmica na área de Letras e atuação no jornalismo cultural.

As questões propostas aos entrevistados foram as seguintes:

Questão 1. No século XX ocorreu no Brasil uma separação traumática entre a crítica literária acadêmica e a crítica de rodapé, feita em jornais. Ainda existem problemas (por qualquer uma das partes) em relação à convivência entre academia e jornal no que diz respeito à crítica literária? Se sim, quais são eles?

Questão 2. Qual a principal qualidade da crítica literária feita em jornais hoje? E o principal problema?

Questão 3. Em que a crítica literária feita nos jornais fica em débito com a academia? O que há na academia de valioso que os jornais não conseguem assimilar?

Questão 4. Com base no passado recente e no presente, é possível apontar caminhos para a crítica literária exercida nos jornais? Por exemplo, soluções ou inovações, tanto no sentido de aprimorar a discussão da literatura brasileira quanto no de atrair leitores para a própria crítica.

A partir das perguntas e das respostas enviadas pelos convidados se escreve este capítulo.

Em relação à primeira questão, a impressão, a partir das respostas dos entrevistados, é que os propósitos das duas instituições (jornal e universidade) são completamente diferentes, e as eventuais dificuldades de convivência entre jornalistas e acadêmicos se dão, especialmente, pela não compreensão do que seja o trabalho do outro, como afirma Sanches Neto:

Enquanto a universidade busca consagrar um tipo de literatura que esteja em consonância com as teorias críticas vigentes, forçando uma ideia de literatura como transgressão, como ruptura, para se opor ao mundo mercantil, o jornal tem sua força por acompanhar as principais manifestações do tempo (SANCHES NETO, 2013).

Igualmente, Sérgio Rodrigues (2013) pensa que a atividade da imprensa, de “separar o joio do trigo num cenário em que a oferta de títulos não para de crescer”, é uma atividade de risco porque é basicamente fundamentada no “feeling” do crítico para fazer apostas em um ou outro livro. Enquanto isso, a crítica acadêmica corre menos riscos por trabalhar “com uma escala de tempo muito mais dilatada, mais lenta, [que] geralmente ignora o presente para tentar iluminar o passado”. Esse desentendimento seria então o principal problema no relacionamento dessas duas instituições, ainda atualmente — como visto na seção 3, como era na metade do século XX. Porém, Rodrigues diz que esses problemas se manifestam apenas na “banda podre” de cada instituição, e que essa dificuldade deve ser imediatamente superada “se quisermos ter no país uma crítica literária mais forte e mais formadora de opinião”.

A questão do discurso complexo dos acadêmicos ainda parece, para Claudia Nina (2013), o principal problema neste relacionamento: “uma ideia de que, ao contrário do que dizia e praticava em aula e em texto Antonio Candido (o mestre dos

mestres), a profundidade precisa existir na complexidade do discurso”. Por outro lado, há a percepção de que quem está na universidade gostaria de também estar no jornal, uma vez que o discurso chegaria ao leitor que está fora do alcance da academia: porém “ainda existe [por parte de acadêmicos] um indisfarçável ‘olhar de soslaio’ e de desconfiança em relação ao jornal e à crítica que se pratica na imprensa, quanto a isso não há a menor dúvida”. Experiências como a do *Suplemento Literário* de *O Estado de S. Paulo*, por outro lado, parecem ter dado um tempo em relação a esse sentimento: enquanto durou, pelo menos.

Para Alcir Pécora, essa oposição é um debate anacrônico. “O problema da crítica literária, no Brasil e fora dele, hoje, pouco tem a ver com essa distinção entre acadêmico e jornalístico” (PÉCORA, 2013). Em relação à segunda questão, sobre as qualidades e defeitos da crítica de jornal, ele é categórico: “A crítica literária em jornais, hoje, é praticamente inexistente. Uma ou outra exceção apenas”. Há o entendimento de que o problema básico é o relacionamento promíscuo entre críticos, jornalistas, escritores e editoras, em que tudo se converte numa espécie de “colunismo literário”: “o crítico fala de prêmios, festas, fofocas, mas de literatura conhece apenas a rama”.

Os outros entrevistados têm uma visão menos severa da crítica de jornal praticada no século XXI. Para Miguel Sanches Neto, a crítica de jornal consegue cumprir “razoavelmente bem esta tarefa”, qual seja marcar o surgimento de livros, e oxigenar o sistema literário. “Os textos jornalísticos hoje, junto com as manifestações críticas impressionistas e espontâneas da internet, são os grande formadores de leitores” (SANCHES NETO, 2013).

Os espaços estão se abrindo, na opinião de Claudia Nina. Tanto os jornais tradicionais quanto os espaços *on-line* estão se abrindo para novas experiências, “como a incorporação de escritores que viram colunistas e críticos. As funções se misturam: o crítico é também professor, escritor e... crítico!” — é significativo que os quatro entrevistados desta pesquisa também publicaram pelo menos um livro de ficção cada um.

Por outro lado, Nina aponta como problema um reflexo do próprio mercado editorial brasileiro: como há uma “overdose” de lançamentos, há também uma grande quantidade de resenhas de “livros fracos” (NINA, 2013). Isso também pode ser relacionado a um problema apontado por Sanches Neto: o que falta no jornal é uma discussão mais aprofundada da obra, porque o jornalista, não sendo

especialista em literatura, acaba se apegando mais aos “aspectos anedóticos” do livro do que a uma visão “sistêmica da produção literária universal” (SANCHES NETO, 2013).

É esse, para Sanches Neto, o principal débito do jornal em relação à academia, ou seja, há uma tendência de não inserir, por falta de especialização e estudo da área, uma nova obra numa tradição, numa corrente cultural estabelecida. A tendência é, portanto, de avaliar o livro de uma maneira mais superficial — tendência que era, para Afrânio Coutinho, o principal problema da crítica de jornal já na metade do século XX. Pode-se apontar, no mínimo, que o jornal (e o jornalista), de maneira geral e excluindo as exceções, não se especializaram, e pouco buscaram na academia métodos para o aprofundamento da sua crítica literária.

Sérgio Rodrigues aponta para a vivência pacífica entre as partes como a prática ideal, ou seja, que o crítico de jornal tenha um lastro de leitura da crítica produzida na academia assim como o acadêmico se mantenha a par da produção literária e crítica contemporânea, mesmo que esse não seja o seu objeto de estudo.

Em outras palavras, o ideal seria que um campo lesse o outro com curiosidade, com respeito. Em tese não há nada que impeça isso de acontecer, mesmo porque, como eu disse, são atividades distintas e não concorrentes. Na prática nem sempre é assim (RODRIGUES, 2013).

Posição semelhante tem Claudia Nina, que pensa que o crítico de jornal tem muito a aprender com a academia. “A teoria pode insuflar arrogância, mas, se bem conduzida, ajuda a aprimorar o olhar sobre uma obra, a ver reentrâncias, observar nuances que uma leitura simples não provê”. O principal desafio seria então ser “claro e profundo” ao mesmo tempo, ou seja, escrever com certa complexidade sem parecer confuso, isso dentro e fora da universidade. Aqui pode-se recuperar a reflexão de João Cezar de Castro Rocha, citada na seção 3.2, sobre o texto universitário: “Sem dúvida, certos professores redigem ensaios impenetráveis, e não porque sejam complexos, mas simplesmente por serem mal escritos” (ROCHA, 2011, p. 244). Adaptando-a: sem dúvida, jornalistas podem escrever resenhas ou críticas fracas e pouco aprofundadas, e não porque sejam mal escritas, mas simplesmente por faltar contato com os equipamentos teóricos necessários — e agora disponíveis numa escala muito maior do que na metade do século XX.

Já Pécora é novamente categórico: “Acho que a crítica nos dois lugares é atualmente muito fraca. Ninguém deve a ninguém: estão todos quites na irrelevância”. Essa situação revelaria um lado contrário em relação ao século XX, quando, na primeira metade a crítica de rodapé reunia grandes intelectuais, e na segunda metade a universidade produziu nomes e estudos imprescindíveis na área.

A questão interessante que invoca todo o capítulo 3 deste estudo, colocada por Rodrigues, é o fato de as partes “julgarem-se rivais”. Lembrando o pensamento de Afrânio Coutinho, é isso “o que leva o crítico acadêmico a desprezar o discurso da crítica jornalística como algo rasteiro, amadorístico ou subordinado a interesses pessoais ou comerciais”. Ao mesmo tempo, “é o que leva muitos críticos da imprensa a desprezar o conhecimento produzido na academia como algo propositalmente hermético e descolado da realidade” (RODRIGUES, 2013).

4.1 NOVOS MEIOS, NOVA CRÍTICA?

A Internet foi apontada, espontaneamente, por dois entrevistados como uma porta de saída para a crítica literária produzida atualmente. Por considerar o mercado do livro muito modesto em comparação com o das outras artes, Sanches Neto aponta para algo que já foi discutido neste trabalho (ver 3.4 e 3.4.1): a crítica literária parece ocupar um espaço *chic* no jornal, mas nem de longe é prioridade.

Um dos principais problemas é a ausência de um bom pagamento para se fazer resenhas mais pensadas, mais refletidas. Mesmo o jornalista dos cadernos culturais acaba sendo penalizado porque é preciso muito mais tempo para escrever sobre um livro do que para escrever sobre um show ou um novo CD. A crítica de livro é feita meio na força, por dever cultural (SANCHES NETO, 2013).

Desta forma, a crítica só funciona quando nasce de um desejo pessoal de compreensão da literatura, o que muitas vezes acontece em blogs e sites da Internet, porém sem o “equipamento crítico” adequado. Aí é que deveriam entrar o jornal e a universidade, “fornecendo oficinas de crítica e criando espaços de expressão para leitores que compartilhem, num formato mais organizado e menos ingênuo, as suas leituras” (SANCHES NETO, 2013). Essa visão não apresenta

paralelo nos estudos desenvolvidos neste trabalho: o debate sempre pareceu muito fechado nas duas instituições. A possibilidade de expandi-lo num nível muito mais disseminado nunca pareceu uma opção no século XX.

“A saída é mesmo a internet”, sugere Cláudia Nina. “Mas é preciso ter cautela. Muita coisa se escreve *on-line* sem critério”. Ela ainda tem a impressão de que a imprensa, de uma maneira geral, está muito fraca, e isso não é um problema da crítica especificamente. Encontros que reúnem profissionais da literatura, que atuam em jornais, livros ou academias, também são apontados como uma boa iniciativa.

Pécora aponta que o caminho é o “mesmo de sempre”:

Para haver boa crítica, deve haver erudição (isto é, repertório amplo de leitura), inteligência (isto é, capacidade de penetração e interpretação dos textos) e honestidade (isto é, um intérprete ético capaz de manter independência de juízo) (PÉCORA, 2013).

Um dos entrevistados lembrou que, hoje em dia, também faltam bons pagamentos para se fazer resenhas mais aprofundadas, de melhor qualidade (SANCHES NETO, 2013): exatamente o contrário do que acontecia, por exemplo, no *Suplemento Literário* de *O Estado de S. Paulo* (ver 3.4.1), em que os altos pagamentos eram um grande atrativo para colaboradores.

Nas entrevistas, pôde-se perceber que, em uma medida maior ou menor, problemas muito parecidos com os colocados por Afrânio Coutinho ainda afligem e movimentam o debate sobre crítica literária nos jornais: dois dos quatro entrevistados afirmaram que o jornal, seja pelo espaço (que hoje é de maneira geral menor do que era nos suplementos do século XX), seja pela falta de especialização, apresenta uma discussão mais superficial do que a academia. Um dos entrevistados estava seguro quanto à distinção entre as duas atividades. Elas não seriam concorrentes, como se tentou acreditar durante todo o século XX. Na verdade, o próprio Afrânio Coutinho tentou estabelecer uma distinção (porém, na tentativa de desqualificar o “adversário”). Como citado na seção 3.1, ele disse: “Apenas isso não é crítica” (COUTINHO, 1975, p. XVI), em relação à crítica de rodapé.

Esse entendimento de que as atividades não devem ser concorrentes, mas sim complementares, é fundamental para a conclusão desta monografia.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No início do século XIX, quando do estabelecimento do que seria o embrião do sistema intelectual brasileiro (de onde, naturalmente, nasceria a crítica literária no país), os profissionais se confundiam, e em muitos casos as mesmas pessoas eram escritores, jornalistas, críticos.

No início do século XXI, e sem querer fazer nenhum estudo quantitativo, os quatro entrevistados escolhidos para esta pesquisa também são escritores e críticos (e dois deles são também jornalistas).

Essa é apenas uma das ironias subjacentes que povoam esta pesquisa, e por conseguinte, povoam também o debate que envolve o lugar da crítica literária no Brasil: onde ela está hoje, mais forte? No jornal ou na academia?

Na verdade, o grande erro está mesmo nesta última pergunta: durante muito tempo, foi preciso tomar parte. Primeiro, para estabelecer a universidade no país, transformá-la num campo autônomo na área de Letras, validar os seus próprios mecanismos de produção intelectual. Segundo, para também estabelecer o discurso objetivo do jornalismo, esclarecer suas relações profissionais, valorizar a sua própria parcela na universidade (ou seja, os estudos de Comunicação e Jornalismo).

Pelo menos, a narrativa tradicional forçou os envolvidos a tomar parte. Esse, justamente, parece ter sido o erro: durante este período de tempo, que tomou pelo menos toda a segunda metade do século XX, o debate sobre os aspectos de ordem interna da crítica ocupou o lugar secundário de uma discussão secundária. Porque, independente da plataforma, a crítica parece ocupar, sempre, um lugar secundário.

Em relação às plataformas de divulgação da atividade crítica, podemos retomar uma fala de Antonio Candido, já citada na seção 3.1: “A distinção entre os limites da crítica é uma questão [...] mais cultural do que específica, isto é, depende mais da solicitação que lhe faz o ambiente do que da própria natureza do trabalho crítico” (CANDIDO apud SÜSSEKIND, 1993, p.19). É isso: cada ambiente (o jornal e a academia) faz uma solicitação diferente, gerando resultados diferentes, não necessariamente antagônicos.

A releitura da narrativa tradicional, de embate entre academia e rodapé, também é importante para compreender aonde o sistema intelectual brasileiro chegou em relação à crítica literária. Perceber que os acadêmicos que iniciaram a

campanha, como Afrânio Coutinho, ocupavam as páginas dos jornais, e continuaram ocupando; que os frutos da especialização só começaram a aparecer realmente a partir dos anos 1960 e 1970, com o estabelecimento da pós-graduação; que fatores externos, como a especialização discursiva da imprensa também afastou, de dentro, o discurso acadêmico do jornal. Tudo isso, conforme visto no capítulo 3, aponta para o fato de que o embate, se houve de fato, não foi unânime na época, e agora, não deve ser atualmente.

Com esta pesquisa e com as respostas dos entrevistados, explicitadas no capítulo 4, ficou claro que o que é necessário hoje, para além da discussão do próprio lugar da crítica literária, é um debate sobre os aspectos internos da atividade: como os jornais podem oferecer um espaço de amplo alcance; como a universidade pode fornecer o equipamento teórico necessário para avaliações profundas e bem estruturadas. Ou, por exemplo, como os jornais (e os jornalistas) podem fornecer a linguagem adequada para um público amplo e como as universidades podem oferecer discussões pertinentes sobre a literatura.

As atividades de crítica literária, se ocupam espaços distintos, como a universidade e o jornal, não devem ser encaradas como concorrentes. Os objetivos, assim como os espaços, são diferentes, atendem a públicos diferenciados, com discursos às vezes contraditórios. Mas, isso sim, e num mundo ideal, podem se complementar para transformar a crítica literária, ciente de seu papel secundário na sociedade, em uma atividade mais relevante para o sistema cultural brasileiro.

A conclusão do trabalho de João Cezar de Castro Rocha (2011), que foi tão importante para esta pesquisa, defende esse sentido: não o simples retorno anacrônico aos modelos bem sucedidos do passado, como o *Suplemento Literário*, mas sim um novo tipo de discurso crítico que “aprenda a dialogar com as preocupações típicas do público leitor”, mas contando sempre com as conquistas do estabelecimento do conhecimento universitário. Não se trata de uma conciliação entre dois discursos claramente distintos, mas uma convivência produtiva entre ambos (ROCHA, 2011, p. 385).

Esta pesquisa está recheada de paralelos temporais, que não significam simples relações de causa e efeito, mas antes ironias subjacentes ao discurso estabelecido em relação à crítica literária.

No século XIX, como visto no capítulo 2, os intelectuais dependiam quase que exclusivamente do Estado para sua própria subsistência e também para obter

algum grau de visibilidade. Dados de 2008 mostram que pelo menos um quarto dos estudantes universitários brasileiros estão na rede pública: ou seja, dependentes do Estado.

Ainda no século XIX, os intelectuais já tinham uma percepção de que o jornal seria um espaço de validação interessante. Naquela época, mesmo antes de depender do jornal para subsistência, havia esse pensamento da *validação* do intelectual, ou do escritor, por meio da publicação em jornal (CANDIDO, 2000a, p. 230). Em alguma medida, o próprio crítico literário universitário também buscou um espaço (se não de validação) de divulgação importante no jornal. Por exemplo, as *Correntes Cruzadas* de Afrânio Coutinho se manifestaram, primeiramente, no jornal.

Conforme discutido na seção 2.2., ainda no final do século XIX os homens de letras passaram a reforçar sua posição de distanciamento do público e de afastamento dos grupos políticos burgueses, e propunham uma independência própria (SEVCENKO, 2003, p. 112-113). O paralelo com a discussão posterior aqui é a suposta independência alcançada pelos intelectuais, no espaço da universidade.

Outro paralelo possível é o seguinte: em 1865, conforme citado na seção 2.2, Machado de Assis convocou os intelectuais a condenar três aspectos que estavam no caminho de uma futura grande literatura brasileira: “o ódio, a indiferença e a camaradagem”. Cento e quarenta anos depois, um crítico literário ainda coloca a camaradagem como o principal problema da crítica de literatura no Brasil (PÉCORA, 2013).

Esses exemplos apontam para uma ironia quase perversa na discussão de toda essa questão: a construção de um combate dicotômico levou ao estabelecimento de um sistema circular problemático. Algumas questões que já incomodavam os críticos de cento e cinquenta anos atrás ainda permanecem como problemas atualmente. Resolvê-los é trabalho de outra pesquisa.

REFERÊNCIAS

ABREU, Alzira Alves de. Os suplementos literários: os intelectuais e a imprensa nos anos 50. In: ABREU, Alzira Alves de (org.). **A imprensa em transição: o jornalismo brasileiro dos anos 50**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.

ASSIS, Machado de. **O jornal e o livro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

BAHIA, Juarez Benedito. **História, jornal e técnica**: história da imprensa brasileira, volume 1. 5. Ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa**: Brasil, 1900-2000. Rio de Janeiro, Mauad X, 2007.

CANDIDO, Antonio. **Formação da literatura brasileira**: momentos decisivos. 6. Ed. Belo Horizonte, Editoria Itatiaia Ltda, 2000a.

CANDIDO, Antonio. **Literatura e sociedade**: estudos de teoria e história literária. 8. Ed. São Paulo. T. A. Queiroz, 2000b.

CHIARELLI, Tadeu. **Um Jeca nos Vernissages**: Monteiro Lobato e o Desejo de uma Arte Nacional no Brasil. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.

COELHO, Marcelo. **Crítica cultural**: teoria e prática. São Paulo: Publifolha, 2006.

COSTA, Cristiane. **Pena de aluguel**: escritores jornalistas no Brasil 1904-2004. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

COUTINHO, Afrânio. **Da crítica e da nova crítica**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

CURRÍCULO LATTES de Antonio Alcir Bernardez Pecora. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/0780601023335873>>. Acesso em: 07/02/2013.

CURRÍCULO LATTES de Miguel Sanches Neto. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/0212593991244575>>. Acesso em: 07/02/2013.

DUARTE, Jorge. Entrevista em profundidade. In: BARROS, Antonio; DUARTE, Jorge (Orgs.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2010. cap 4, p. 62-83.

DUARTE, Marcia Yukiko Matsuuchi. Estudo de caso. In: BARROS, Antonio; DUARTE, Jorge (Orgs.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2010. cap 14, p. 215-234.

ELIAS, Rita. Alencar e as polêmicas literárias. In: LUSTOSA, Isabel (org.) **Imprensa, história e literatura**. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, p. 85-102, 2008

FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. O Patriota e a invenção de padrões literários. In: LUSTOSA, Isabel (org.) **Imprensa, história e literatura**. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, p. 45-55, 2008.

FONSECA JÚNIOR, Wilson Corrêa. Análise de conteúdo. In: BARROS, Antonio; DUARTE, Jorge (Orgs.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2010. cap 18, p. 280-304.

GENS, Armando. Álbum de recortes: a literatura nos jornais (1870/1900). In: LUSTOSA, Isabel (org.) **Imprensa, história e literatura**. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, p. 195-209, 2008.

GUIMARÃES, Hélio de Seixas. **Os leitores de Machado de Assis**: o romance machadiano e o público de literatura no século 19. São Paulo, Nankin Editorial, Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. **A leitura rarefeita**: leitura e livro no Brasil. 1. Ed. São Paulo, Ática, 2002.

LINS, Álvaro. **Literatura e vida literária**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.

LORENZOTTI, Elizabeth. **Suplemento literário, que falta ele faz!**: 1956-1974 do artístico ao jornalístico: vida e morte de um caderno cultural. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2007.

LUSTOSA, Isabel (org.) **Imprensa, história e literatura**. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2008.

LUSTOSA, Isabel. **Insultos impressos**: a guerra dos jornalistas na Independência (1821-1823). São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MAISONNAVE, F. Na AL, Brasil tem menos alunos em faculdade pública. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 7/6/2008. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff0706200818.htm>>. Acesso em: 8/2/2013.

MARTINS, Wilson. **A crítica literária no Brasil**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 2002. 3. Ed.

MARTINS, Wilson. In: LINS, Álvaro. **Literatura e vida literária**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.

NINA, Claudia. **Entrevista - TCC UFPR**. [mensagem pessoal] Mensagem recebida por: <guilhermesobota@gmail.com>. em: 28/1/2013.

NINA, Claudia. **Literatura nos jornais**: A crítica literária dos rodapés às resenhas. São Paulo: Summus, 2007.

PÉCORA, Alcir. **Entrevista - TCC UFPR**. [mensagem pessoal] Mensagem recebida por: <guilhermesobota@gmail.com>. em: 4/2/2013.

PEREIRA, Fábio. **Jornalistas-intelectuais no Brasil**. São Paulo: Summus, 2011.

PONTES, Heloisa. **Destinos mistos**: os críticos do Grupo Clima em São Paulo (1940-68). São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

ROCHA, João Cezar de Castro. **Crítica literária**: em busca do tempo perdido? Chapecó: Argos, 2011.

RODRIGUES, Sérgio. **Entrevista - TCC UFPR**. [mensagem pessoal] Mensagem recebida por: <guilhermesobota@gmail.com>. em: 23/1/2013.

SANCHES NETO, Miguel. **Entrevista - TCC UFPR**. [mensagem pessoal] Mensagem recebida por: <guilhermesobota@gmail.com>. em: 19/1/2013.

SANTIAGO, Silviano. Crítica literária e jornal na pós-modernidade. **Revista de Estudos de Literatura**, (1). 1: 11-17. Belo Horizonte, 1993.

STUMPF, Ida Regina C.. Pesquisa Bibliográfica. In: BARROS, Antonio; DUARTE, Jorge (Orgs.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2010. cap 3, p. 51-61.

SÜSSEKIND, Flora. Rodapés, tratados e ensaios: a formação da crítica literária brasileira moderna. In: _____. **Papéis colados**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1993.

TRAVANCAS, Isabel. **O livro no jornal**: os suplementos literários dos jornais franceses e brasileiros nos anos 90. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

VELLOSO, Monica Pimenta. As distintas retóricas do moderno. In: OLIVEIRA, Cláudia de. **O moderno em revistas**: representações do Rio de Janeiro de 1890 a 1930 / Cláudia de Oliveira, Monica Pimenta Velloso, Vera Lins. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

VERÍSSIMO, José. **Teoria, crítica e história literária**. Seleção e apresentação de João Alexandre Barbosa. Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos; São Paulo, Ed. Da Universidade de São Paulo, 1977.

WERNECK, Humberto et al. **A revista no Brasil**. São Paulo: Ed. Abril, 2000.

ANEXO 1: ENTREVISTAS

ALCIR PÉCORA

Questão 1. No século XX, ocorreu no Brasil uma separação traumática entre a crítica literária acadêmica e a crítica de rodapé, feita em jornais. Ainda existem problemas (por qualquer uma das partes) em relação à convivência entre academia e jornal no que diz respeito à crítica literária? Se sim, quais são eles?

Acho que o problema da crítica literária, no Brasil e fora dele, hoje, pouco tem a ver com essa distinção entre acadêmico e jornalístico. Isso foi uma questão importante nos anos 50-60 (Afrânio Coutinho et al.), hoje me parece muito secundária. Hoje, é a ideia de crítica em si mesma que está em crise, que perdeu caráter e propósito, sendo substituída, no jornal, por uma espécie de colunismo literário (que tem a ver com criação de aparelhos de cumplicidades entre autores, editoras, jornais e acadêmicos, e muito pouco a ver com discussão de ideias e textos), de outro por uma produção universitária estritamente dependente de temas disciplinares, que gira sua própria roda de financiamentos na pós-graduação, mas com pouco interesse por questões culturais que afetem a sociedade ou o debate de ideias. Ou seja, a crítica passa por um mau momento, seja produzida por jornalistas ou universitários.

Questão 2. Qual a principal qualidade da crítica literária feita em jornais hoje? E o principal problema?

A crítica literária em jornais, hoje, é praticamente inexistente. Uma ou outra exceção apenas. O problema básico é o da submissão dos críticos aos compromissos com editoras e outros produtores, de modo que o que aparece como crítica, em geral, não passa de eco do release das próprias editoras, associado ao que chamei de colunismo: o crítico fala de prêmios, festas, fofocas, mas de literatura conhece apenas a rama.

Questão 3. Em que a crítica literária feita nos jornais fica em débito com a academia? O que há na academia de valioso que os jornais não conseguem assimilar?

Acho que a crítica nos dois lugares é atualmente muito fraca. Ninguém deve a ninguém: estão todos quites na irrelevância.

Questão 4. Com base no passado recente e no presente, é possível apontar caminhos para a crítica literária exercida nos jornais? Por exemplo, soluções ou inovações, tanto no sentido de aprimorar a discussão da literatura brasileira quanto no de atrair leitores para a própria crítica.

O caminho é o mesmo de sempre: para haver boa crítica, deve haver erudição (isto é, repertório amplo de leitura), inteligência (isto é, capacidade de penetração e interpretação dos textos) e honestidade (isto é, um intérprete ético capaz de manter independência de juízo).

Em termos sucintos, é o que penso. Sinceramente não acho que essa oposição jornal-academia possa render muito em termos da compreensão da situação atual da crítica.

CLAUDIA NINA

Questão 1. No século XX, ocorreu no Brasil uma separação traumática entre a crítica literária acadêmica e a crítica de rodapé, feita em jornais. Ainda existem problemas (por qualquer uma das partes) em relação à convivência entre academia e jornal no que diz respeito à crítica literária? Se sim, quais são eles?

Acredito que o principal problema da academia de ontem persiste ainda hoje: uma ideia de que, ao contrário do que dizia e praticava em aula e em texto Antonio Candido (o mestre dos mestres), a profundidade precisa existir na complexidade do discurso. É um erro, a meu ver.

Passei um tempo dando aulas em teoria literária, participando de congressos, observando comunicações, enfim, o diálogo entre os professores... Ainda existe um indisfarçável “olhar de soslaio” e de desconfiança em relação ao jornal e à crítica que se pratica na imprensa, quanto a isso não há a menor dúvida. Em contrapartida, quem está na universidade também gostaria de estar nos jornais de alguma forma, porque o discurso da academia fica retido na universidade e não chega ao leitor fora do âmbito do livro.

É uma situação que só muda muito lentamente. Há exemplos de acadêmicos que estão entendendo a necessidade de se tornarem mais claros, menos garbosos quanto ao vocabulário, com mais vontade de se fazer ouvidos. Mas não é a maior parte, infelizmente. O chique é ser confuso, é escrever difícil, é parecer inteligente e culto, conhecedor de todos os livros do mundo. O jornalista não é assim, nem o crítico que trabalha para um jornal. O principal objetivo é se fazer entender, é a máxima do jornalista e, por extensão, do crítico que atua em um jornal. Fico com Antonio Candido, para quem, entre a profundidade e a clareza, a clareza é sempre melhor.

Questão 2. Qual a principal qualidade da crítica literária feita em jornais hoje? E o principal problema?

Os espaços estão se abrindo – mais revistas *on-line*, como a Revista Pessoa, para a qual eu escrevo e tenho uma coluna de resenhas. Os jornais tradicionais estão se abrindo para novas experiências, como a incorporação de escritores que viram colunistas e críticos. As funções se misturam: o crítico é também professor, escritor e... crítico! Acho isso ótimo.

Por outro lado, o mercado “despeja” semanalmente nas redações um volume enorme de títulos e, separando o joio do trigo, há muito mais joio... Um problema muito sério. O mercado editorial brasileiro está doente: há uma *overdose* de lançamentos. Acho que o editor precisa ter a decência (e às vezes o pulso, o que é difícil, eu sei) de dizer: seu livro é um horror. Você não está preparado. Volta e reescreve tudo. Poucos fazem isso. E o que acontece? Muita resenha de livro fraco.

Questão 3. Em que a crítica literária feita nos jornais fica em débito com a academia? O que há na academia de valioso que os jornais não conseguem assimilar?

O crítico de jornal – vamos chamá-lo de resenhista na falta de outra definição – tem muito o que aprender na academia. É o que se chama de “olhar armado”. A teoria pode insuflar arrogância, mas, se bem conduzida, ajuda a aprimorar o olhar sobre uma obra, a ver reentrâncias, observar nuances que uma leitura simples não provê. Às vezes, este equilíbrio é difícil: escrever com uma certa complexidade sem parecer confuso. Ser claro e profundo ao mesmo tempo. Eis um desafio para todos, dentro e fora da universidade.

Questão 4. Com base no passado recente e no presente, é possível apontar caminhos para a crítica literária exercida nos jornais? Por exemplo, soluções ou

inovações, tanto no sentido de aprimorar a discussão da literatura brasileira quanto no de atrair leitores para a própria crítica.

Gosto de iniciativas como as do Itaú Cultural, como o encontro Interrogações, que reúne profissionais que pensam e fazem literatura nos diversos cantos do país e atuam em jornais, livros ou academias. De cada evento, muitas ideias boas surgem, as pessoas saem com discussões acesas para colocarem em prática no cotidiano. Poderia haver mais encontros semelhantes.

Acho que a imprensa está fraca de uma maneira geral e isso não é um problema da crítica especificamente. Poucos jornais fortes. Não sei realmente como solucionar isso. A saída é mesmo a internet. Mas é preciso ter cautela. Muita coisa se escreve *on-line* sem critério. Todos têm blog, todos lançam livros por conta própria, enfim, a internet é terra de ninguém. Talvez mais sites e revistas de qualidade, reflexão e... crítica. Como o *Rascunho*, por exemplo. Acho um trabalho de peso, muito importante.

MIGUEL SANCHES NETO

Questão 1. No século XX, ocorreu no Brasil uma separação traumática entre a crítica literária acadêmica e a crítica de rodapé, feita em jornais. Ainda existem problemas (por qualquer uma das partes) em relação à convivência entre academia e jornal no que diz respeito à crítica literária? Se sim, quais são eles?

Estes dois espaços – academia e jornais – têm propósitos muito distintos. Enquanto a universidade busca consagrar um tipo de literatura que esteja em consonância com as teorias críticas vigentes, forçando uma ideia de literatura como transgressão, como ruptura, para se opor ao mundo mercantil, o jornal tem sua força por acompanhar as principais manifestações do tempo. A universidade tende a ser seletiva, só valorizando alguns autores, e o jornal tende a ser inclusivo, tentando dar conta da diversidade. Há uma tensão entre fechamento e abertura, que se reflete na própria linguagem – a academia usando um jargão na maioria das vezes mal-arrumado literariamente e o jornal buscando uma leveza de linguagem mais próxima da literatura contemporânea. O grande problema que isto gera é uma inadequação da linguagem e dos argumentos da universidade em relação ao papel da crítica no

jornal. Assim, a contribuição da crítica universitária é pequena porque não consegue transcender as limitações de seu espaço de origem. Os textos jornalísticos hoje, junto com as manifestações críticas impressionistas e espontâneas da internet, são os grande formadores de leitores, cabendo à universidade apenas a consagração de alguns autores.

Questão 2. Qual a principal qualidade da crítica literária feita em jornais hoje? E o principal problema?

A maior qualidade é a sua preocupação em dar conta do maior número de lançamentos, informando o leitor, numa linguagem direta, sobre livros que estão entrando na corrente sanguínea da língua. Este trabalho sismográfico, de marcar o surgimento do livro, é fundamental para a oxigenação do sistema literário de qualquer país. E a crítica de jornal consegue cumprir razoavelmente bem esta tarefa. A maior limitação da crítica de jornal é a falta de uma discussão mais aprofundada da obra, uma vez que o jornalista não é um especialista em literatura, não é alguém que com uma visão mais sistêmica da produção literária universal, ficando muito limitado aos aspectos anedóticos do livro.

Questão 3. Em que a crítica literária feita nos jornais fica em débito com a academia? O que há na academia de valioso que os jornais não conseguem assimilar?

Justamente esta visão mais larga, com vastos horizontes, da literatura. Quando um estudioso universitário trata de um livro, ele não está tratando apenas daquela obra, pois ele se guia por inúmeras outras leituras, de épocas e de culturas diferentes. A sua reflexão não nasce apenas da comparação daquela obra com outras do mesmo momento literário, enquanto o crítico mais comum no jornalismo é a pessoa que leu pouca literatura, que não se questionou sobre as várias correntes dentro da cultura, e que tende assim a avaliar o livro de maneira mais superficial.

Questão 4. Com base no passado recente e no presente, é possível apontar caminhos para a crítica literária exercida nos jornais? Por exemplo, soluções ou inovações, tanto no sentido de aprimorar a discussão da literatura brasileira quanto no de atrair leitores para a própria crítica.

O negócio do livro é um negócio muito modesto. Não existem grandes anúncios em jornais e revistas, o que acontece com cinema, música e mesmo com um certo teatro, o mais comercial. Assim, o tema livro entra nos jornais como uma espécie de cota para se fomentar a leitura. É uma obrigação. Como jornais e

revistas são instituições capitalistas, voltadas para o lucro, a crítica de livro não é prioridade. Um dos principais problemas é a ausência de um bom pagamento para se fazer resenhas mais pensadas, mais refletidas. Mesmo o jornalista dos cadernos culturais acaba sendo penalizado porque é preciso muito mais tempo para escrever sobre um livro do que para escrever sobre um show ou um novo CD. A crítica de livro é feita meio na força, por dever cultural. E ela só funciona quando nasce de um desejo pessoal de compreensão da literatura. Então, o caminho que vejo hoje é o do leitor escrever crítica e publicar em blogs e site. Este leitor, que leu um livro por uma necessidade pessoal qualquer, é a pessoa mais indicada para refletir sobre o livro. Mas faltam a ele os equipamentos críticos. É aí que a universidade e os jornais devem entrar, fornecendo oficinas de crítica e criando espaços de expressão para leitores que compartilhem, num formato mais organizado e menos ingênuo, as suas leituras. Sobre isso, fiz um ensaio chamado “Crítica redes sociais”.

SÉRGIO RODRIGUES¹

São atividades inteiramente diferentes. Embora haja profissionais que transitem entre os dois campos, como é desejável que haja, existem desconfiânças de parte a parte. Acho que boa parte dessa má vontade mútua se baseia numa falta de entendimento sobre o que caracteriza o trabalho do outro.

A crítica da imprensa precisa dar conta com extrema agilidade do que está sendo lançado agora, separar o joio do trigo num cenário em que a oferta de títulos não para de crescer, e desse modo prestar um serviço fundamental ao leitor. É uma atividade de alto risco, como disse Antonio Candido, porque envolve fazer apostas instantâneas com base apenas no 'feeling' do crítico. A crítica acadêmica trabalha com uma escala de tempo muito mais dilatada, mais lenta, e geralmente ignora o presente para tentar iluminar o passado. O risco é menor, mesmo porque seus trabalhos costumam se assentar em outros trabalhos já testados pela tradição, mas isso tem a contrapartida da profundidade maior, da busca por padrões históricos, das aproximações entre obras distantes no tempo e no espaço. A primeira escreve

¹ Sérgio optou por escrever apenas um texto para responder todas as quatro questões.

para fora, mirando o público leigo. A segunda escreve para dentro, em discussões entre pares que muitas vezes parecem bizantinas ao leitor comum.

O ideal é que o crítico de imprensa tenha, não necessariamente uma vivência acadêmica, mas algum lastro de leitura dos críticos acadêmicos mais importantes. Também é ideal que o crítico acadêmico se mantenha - ainda que não seja esse seu objeto de estudo - mais ou menos ligado no pulso da produção contemporânea, como forma de não se estagnar ou pelo menos de não passar a seus alunos a impressão de que um dia gostou de literatura, mas faz tempo que não gosta mais. Em outras palavras, o ideal seria que um campo lesse o outro com curiosidade, com respeito. Em tese não há nada que impeça isso de acontecer, mesmo porque, como eu disse, são atividades distintas e não concorrentes. Na prática nem sempre é assim.

Eu diria que é este o principal problema de parte a parte: julgarem-se rivais. É o que leva muitos críticos da imprensa a desprezar o conhecimento produzido na academia como algo propositalmente hermético e descolado da realidade. É também o que leva o crítico acadêmico a desprezar o discurso da crítica jornalística como algo rasteiro, amadorístico ou subordinado a interesses pessoais ou comerciais. Sim, há casos em que a academia é mesmo propositalmente hermética e descolada da realidade. Também há casos em que o jornalismo é mesmo rasteiro, amadorístico e subordinado a interesses mesquinhos. Mas esses problemas se manifestam apenas no lado pior, na banda podre, digamos assim, de cada um dos campos. Julgar o todo por sua banda podre é fruto da falta recíproca de entendimento, que por isso mesmo eu elejo como o principal problema a ser superado se quisermos ter no país uma crítica literária mais forte e mais formadora de opinião.